



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

**THAMIRES MAIA PAULA OLIVEIRA**

**A FORMAÇÃO DOCENTE:  
AS VOZES DAS PROFESSORAS SOBRE GÊNERO**

**Palmas, TO  
2024**

THAMIRES MAIA PAULA OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO DOCENTE:  
AS VOZES DAS PROFESSORAS SOBRE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal do Tocantins como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração em Currículo, Formação de Professores e Saberes Docentes, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Elizângela Inocêncio Mattos

Palmas, TO  
2024

THAMIRES MAIA PAULA OLIVEIRA

**A FORMAÇÃO DOCENTE:  
AS VOZES DAS PROFESSORAS SOBRE GÊNERO**

Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, foi avaliado para a obtenção de título de Mestre e aprovada em sua forma final pela Orientadora Professora Elizângela Inocêncio Mattos e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 15/10/2024

Banca examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Elizângela Inocêncio Mattos, Orientadora, UFT

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marciel Barcelos Lano, Examinador Interno, UFT

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Carlos de Melo, Examinador Externo, UFMA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- M217f MAIA PAULA OLIVEIRA, THAMIRES.  
A FORMAÇÃO DOCENTE: AS VOZES DAS PROFESSORAS  
SOBRE GÊNERO. / THAMIRES MAIA PAULA OLIVEIRA. – Palmas,  
TO, 2024.  
70 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do  
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-  
Graduação (Mestrado) em Educação, 2024.  
Orientadora : ELIZÂNGELA INOCÊNCIO MATTOS
1. A origem do processo histórico feminista. 2. A construção  
educacional sexista no Brasil. 3. Políticas educacionais de gênero,  
estagnações e urgências. 4. Intepretações da pesquisa: caminhos a  
percorrer. I. Título

CDD 370

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde  
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha  
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

*Dedico este trabalho à minha mãe, Adelair Ribeiro Maia (in memoriam), que fez de sua existência resistência, sempre dando o seu melhor para criar três filhos na solidão de quem teve a coragem de se divorciar. À minha família, que tanto me sustentou e compreendeu minhas ausências durante todo o período do mestrado: Alex, Maria Eduarda e Murilo.*

## AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres da minha vida, que, mesmo sem essa ciência, foram as referências para que eu me tornasse a mulher que sou hoje.

Às mulheres que fizeram e fazem ciência em todo o mundo: mulheres professoras, pesquisadoras, mulheres resistentes e resilientes, mulheres convictas de que não devem ser submissas nem omissas.

No decorrer de todo o tempo dedicado ao mestrado, sempre pude contar com a minha família. Em todas as vezes que pensei que não seria capaz, em todas as vezes que precisei me ausentar ou me isolar, fui acolhida e encorajada a persistir nesse sonho. O percurso não é simples; é complexo e cheio de provações. Perdi pessoas de formas bruscas e precisei resistir a inúmeros complicadores pessoais e profissionais. Hoje, posso dizer que todos eles foram degraus e alimento para o meu amadurecimento, por isso agradeço.

À minha orientadora, Elizângela Mattos, que mesmo sabendo que eu seria uma orientanda casada, mãe de dois filhos e que trabalha em período integral, depositou sua confiança em mim e, com sua experiência, conduziu-me com maestria durante toda a pesquisa, alargou meu olhar para questões inexploradas, obrigada pela cobrança e severidade na escrita, que hoje entendo perfeitamente ter sido o componente principal para a qualidade desta dissertação. Obrigada por me tranquilizar e reforçar minha capacidade no momento certo.

À minha mãe, sou imensamente grata por ter tido a oportunidade de uma criação feminista e progressista, da qual ela partiu desta vida sem ter consciência. Mulher trabalhadora, forte e destemida, decidiu ser mãe solo de três filhos para se livrar de um casamento abusivo. Sou grata pela nova vida que ela se propôs a dar a mim e aos meus irmãos, grata por todas as vivências que me inspiram e me orgulham das raízes que tenho. Tenho certeza de que minha mãe, neste momento, está orgulhosa desta conquista e, por isso, continuarei lutando e resistindo.

Ao meu esposo, Alex, agradeço, além de todo o companheirismo, o comprometimento com nossa família, por ter cuidado de todos nós com muito carinho e altruísmo durante toda a minha jornada.

Sou muito grata por ser mãe de dois filhos incríveis: Maria Eduarda, minha princesa preciosa, sou grata por me ensinar tanto. Obrigada por não me deixar desistir e por sempre me incentivar. Você é uma menina/mulher extraordinária.

Murilo, meu filho amado, tão pequeno e tão maduro, sou grata por ser tão compreensivo. Mesmo com apenas 7 anos, você tem a consciência de quanto essa caminhada é importante para mim e, por isso, não me cobrou presença durante todo esse período.

Aos meus irmãos, Emerson e Carol, que, mesmo distantes, emanaram vibrações relevantes para minha persistência. Obrigada pelos incentivos, obrigada pela admiração e obrigada pela nossa irmandade, que afaga e acalma meu coração.

Agradeço às minhas colegas do mestrado, que muitas vezes transformaram preocupação e choro em riso, que não se recusaram a ajudar em cada prazo de entrega e em trabalhos a serem cumpridos, e também em todos os outros momentos em que as busquei.

Por fim, agradeço aos meus colegas de trabalho, às professoras que se abriram para o novo e começaram a refletir sobre meu tema de pesquisa, e aos que me viram muitas vezes com sono, confusa e ansiosa, para que esse trajeto não influenciasse minhas atividades profissionais, das quais não tive licença. Obrigada.



Armandinho, de Alexandre Beck, (2020).

## RESUMO

A presente dissertação objetivou a investigação das movimentações na formação inicial docente e na formação continuada referentes às discussões de gênero, observando as metodologias e tecnologias utilizadas nos conteúdos educacionais, especialmente o tema gênero. A pesquisa é realizada com professoras da educação básica do ensino fundamental da cidade de Araguaína, estado do Tocantins, que, apesar de ser uma cidade promissora nos aspectos econômicos, é uma cidade onde a cultura interiorana está arraigada em sua população por se tratar de uma economia majoritariamente agropecuária. A partir disso, a pesquisa busca discutir o quanto o tema gênero na educação é um assunto inexplorado, muitas vezes censurado. As entrevistas demonstraram o quanto as professoras se sentem desinformadas, despreparadas e até de mãos atadas frente a esse assunto. Através dos questionamentos, abriram-se para a reflexão de que necessitam de formação apropriada e aprofundada no tema, para que, assim, comecem a fazer a diferença na vida das crianças que passam pelas salas de aula sem ter o entendimento necessário de que suas vidas podem ter futuros diferentes dos de seus responsáveis. Afinal, como conduzir o processo de aprendizagem de um tema para o qual não se é preparado? Essa é a pergunta que permeia essa pesquisa e propõe transformações. Naturalmente, o desconhecido é passível de dúvidas, preconceitos e hostilizações, reflexo da ignorância sobre a temática. Conclui-se, então, que as reflexões e políticas institucionalizadas sobre o tema gênero, trarão para essas mediadoras do conhecimento o embasamento teórico necessário para que consigam discutir e alavancar a questão da desigualdade de gênero com mais propriedade e sustentação.

**Palavras-Chave:** Concepção de gênero, mulheres, práticas educacionais, professoras.

## ABSTRACT

The present dissertation aimed to investigate the movements in initial teacher training and continuing training regarding gender discussions, observing the methodologies and technologies used in educational content, especially on the topic of gender. The research is conducted with elementary school teachers from the city of Araguaína, in the state of Tocantins, which, despite being a promising city in economic terms, is a city where the rural culture is rooted in its population due to its predominantly agricultural economy. Based on this, the research seeks to discuss how the topic of gender in education is an unexplored and often censored subject. The interviews demonstrated how much the teachers feel uninformed, unprepared and even tied up when it comes to this subject. Through questions, they opened themselves to the reflection that they need appropriate and in-depth training on the subject, so that they can start to make a difference in the lives of children who pass through the classrooms without having the necessary understanding that their lives may have different futures from those of their guardians. After all, how can one conduct the learning process of a topic for which one is not prepared? This is the question that permeates this research and proposes changes. Naturally, the unknown is subject to doubts, prejudices and hostility, a reflection of ignorance about the topic. It is concluded, then, that institutionalized reflections and policies on the topic of gender will provide these knowledge mediators with the necessary theoretical basis so that they can discuss and leverage the issue of gender inequality with greater authority and support.

**Keywords:** Concept of gender, educational practices, teachers, women.

## LISTA DE SIGLAS

ABC	Alfabetização Baseada na Ciência
BBC	British Broadcasting Corporation
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DREA	Diretoria Regional de Araguaína
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPs	Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
GEERCC	Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIAP+ pansexuais +	Lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexuais, assexuais e
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECAD	Secretaria da Administração
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins

## LISTA DE TABELAS / LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da localização do município de Araguaína no Estado do Tocantins	25
Figura 2: Mapa 3D da Cidade de Araguaína	26
Figura 3: Mulheres são a maioria dos desempregados; 45,7% das que têm idade de trabalhar estão ocupadas	42
Figura 4: Esboço temporal dos documentos norteadores da Educação	49
Figura 5: Esboço temporal dos documentos norteadores internacionais da diversidade de gênero	51
Figura 6: Triangulação de dados da pesquisa	55
Figura 7: Gráfico 1. interpretativo das respostas	56
Figura 8: Gráfico 2. interpretativo das respostas	59
Figura 9: Ocupação dos cargos segundo gênero	61
Tabela 1: Ampliação da legenda dos cargos citados no gráfico	61
Figura 10: Quadro das 10 competências da BNCC	63

## SUMÁRIO

Memorial: O tecido da minha trajetória	14
<b>Introdução</b>	<b>17</b>
<b>1. Aspectos Metodológicos</b>	<b>22</b>
1.1 Natureza da pesquisa	22
1.2 Lócus da pesquisa	24
1.3 Instrumentos da pesquisa	26
1.4 Análise dos resultados	27
<b>2. A origem do processo histórico feminista</b>	<b>28</b>
<b>3. A construção educacional sexista no Brasil</b>	<b>39</b>
3.1 O estereótipo construído	44
3.2 Políticas educacionais de gênero, estagnações e urgências	48
<b>4. Intepretações da pesquisa: caminhos a percorrer</b>	<b>55</b>
4.1 Campo de atuação das professoras, comparação das duas esferas	62
Considerações finais	65
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>68</b>

## **Memorial: O tecido da minha trajetória**

Sou a filha mais nova de uma família de três irmãos, família essa que se desfez parcialmente em 1992, quando minha mãe finalmente resolveu se libertar de um casamento violento e nocivo não somente a ela, mas também a nós, filhos. Eu tinha aproximadamente cinco anos, meu irmão mais velho, dezesseis, e minha irmã, doze anos.

Até então, residíamos no centro-oeste de Minas Gerais, local de nascimento do meu pai e para onde minha mãe se mudou depois de se casar, bem distante da família dela, cerca de seiscentos e cinquenta quilômetros. Ela tentou por dezoito anos “fazer dar certo”, perdoar, recomeçar, até que um dia, vendo a violência alcançar medidas extremas que já não eram mais unicamente dirigidas a ela, resolveu pedir ajuda ao meu tio, seu irmão mais novo, que prontamente organizou tudo para que ela se mudasse de volta para a cidade natal, no interior do Triângulo Mineiro.

Mesmo com apenas cinco anos, eu me lembro claramente das brigas que aconteceram até que ela conseguisse o divórcio. Posteriormente, eu não tive mais contato frequente com meu pai; ele voltou para perto de seus pais e, a cada longo período, nos encontrávamos.

Minha mãe foi uma mulher exemplar; nos criou sozinha, da melhor forma possível, com dignidade e valores que ficarão eternamente arraigados em nós três. Hoje, após todo o mergulho nos estudos do mestrado, percebo como minha mãe foi o maior exemplo de mulher feminista e progressista que eu poderia ter. Mesmo que ela tenha partido sem ter essa consciência, ela nos ensinou a nunca nos deixarmos ser submissas, ensinou que uma mulher é forte o suficiente para manter sua vida e uma casa, bem como instruir seus filhos a serem pessoas de bem.

Esse é com certeza o principal motivo para que eu me enveredasse nesta pesquisa, como forma de homenageá-la e fortalecer os ensinamentos que ela nos deixou. Além disso, minha trajetória profissional tem sido uma construção da movimentação interpessoal consonante à pesquisa.

Mudei para a cidade de Araguaína no ano de 2017, onde, pela primeira vez, saí de perto da minha família e me vi totalmente desnorreada ao me deparar com uma cultura bem diferente da minha. Logo, comecei a traçar novos planos para minha vida profissional.

Graduada em Pedagogia, ministrei aulas de artes, LIBRAS e informática. Fui convidada para coordenar uma escola de pequeno porte no final do ano de 2018, ano de reformulação de documentos que deveriam ser alinhados à BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e também ano de eleições para a presidência.

Sem dúvida, das duas situações apresentadas, a que mais me assustou foi a disputa eleitoral. A reorganização curricular era uma questão pedagógica que, em parceria com os professores, poderia ser resolvida de forma tranquila. Já as eleições foram um desafio completamente diferente. Foi a primeira vez que presenciei certas preocupações das famílias ao visitarem a escola; as perguntas não eram mais sobre o material didático, sobre as aulas diversificadas ou alfabetização. As perguntas eram diretas e carregadas de tensão:

Vocês não vão ensinar ideologia de gênero, não é?

Aqui vocês não vão adotar esses banheiros para pessoas que não querem ser como Deus as fez, não é?

Eu realmente ficava sem palavras e sem argumentos; não eram perguntas comuns, não era o tipo de atendimento ao qual eu estava acostumada e instruída na minha formação. Para evitar respostas rasas ou sem embasamento, muitas vezes desconversava e mudava o foco. Foi então que eu entendi que esse assunto era desconhecido para mim e para muitas pessoas. Era notório que a forma pejorativa como era utilizado não tinha fundamentação, mas, assim como eles, eu também não tinha uma resposta argumentativa e embasada.

Portanto, meu ingresso ao mestrado e à linha de pesquisa: Currículo, Formação de professores e Saberes docentes, especificamente, à temática: Diversidade e Interculturalidade, Materialismo dialético e Feminismo na História, foi um desafio que

eu mesma me propus, com o objetivo de não mais fugir das respostas que hoje posso dar às famílias que fazem estes tipos de questionamentos, com tranquilidade e dados factíveis.

Prossigo atuando na educação privada, portanto, para mim, não foi uma opção contar com o afastamento para me dedicar ao Mestrado, ainda assim, é com muito orgulho que chego aqui, após cursar sete disciplinas, incluindo uma no Mestrado Profissional. Mas este cenário não é individual, para todos os pós-graduandos a caminhada é árdua, apenas se diferencia o peso para cada indivíduo, e é justamente por saber que hoje, ocupo uma posição privilegiada em ter esta oportunidade, que não ouse reclamar, apenas carrego as memórias como parte do meu crescimento.

Atuo como gestora escolar, e nesta, ingressei praticamente ao mesmo tempo do Mestrado, por muitas vezes, pensei não conseguir assimilar tudo conjuntamente, mas resisti, a cada disciplina concluída eu tive mais vontade de permanecer, a cada novo conhecimento que eu compartilhava com minhas colegas, eu me nutria e essa foi uma das forças a que me agarrei, vê-las se interessando pelas minhas leituras, discussões e anseios me fortaleceu até aqui.

Claro que não só houveram flores, os espinhos normalmente vêm de forma sutis, enfrento ainda preconceitos por ser considerada uma jovem mulher na gestão. Não é simples gestar uma instituição onde a tradição é o maior legado, mas seguirei persistente. Hoje, atuo em carga horária integral e é exatamente essa experiência de prestação de serviço ao público em uma escola privada que me faz querer aprender mais a cada dia, para que eu possa desenvolver um trabalho que promova mais democracia e equidade, mesmo dentro de um espaço favorecido.

Tive a oportunidade de apresentar fragmentos desta pesquisa na CONEDU (Congresso Nacional de Educação) em 2023, o que me trouxe uma experiência incrível de vivência e trocas com outros professores pesquisadores da mesma área, foi quando minha proposta de comparar as esferas pública e privada fez ainda mais sentido, através dos diálogos que pude ter com profissionais da educação pública, a pesquisa visou analisar a formação básica e atuação das docentes, com a intenção de extrair dados que possam contribuir para o progresso educacional.

## Introdução

Esta pesquisa fundamenta pautas que merecem uma nova ótica, considerando que está arraigado em nossos corpos um olhar colonizador<sup>1</sup> e eurocêntrico<sup>2</sup>, no qual a mulher deve ser submissa e aprisionada em tradições e concepções apropriadas a uma tradição patriarcal. Sendo assim, foram causados efeitos nocivos, que, em meio à globalização, não têm mudanças significativas, pois a concepção predominante é que a mulher não é vista a partir de si mesma, mas comparada ao homem, como um corpo submetido e que vive sob a dominação da hierarquização patriarcal.

Lerner (2019)<sup>3</sup>, disserta que a estratégia patriarcal consiste no uso de uma posição social, política e econômica privilegiada, onde os homens utilizam sua sexualidade para impor às mulheres o sentimento de inadequação, desprivilegio e submissão, para que não tenham voz suficiente para alcançar as plataformas já impostas por eles.

As deliberações advindas das diferentes identidades (etnia, gênero, religião, orientação sexual, entre outras) vêm sendo questionadas nos últimos anos quanto à introdução no currículo escolar. No âmbito educacional, ainda temos um espaço ocluso às questões das diversidades, deixando a função social da educação limitada e submissa aos costumes criados pela hierarquia eurocêntrica, cristã e colonial.

A problemática não se reduz somente ao acesso e desempenho escolar de meninos e meninas. A desigualdade de gênero é a questão que mais se evidencia e, por isso, incorporar no currículo e nas práticas uma reflexão sobre a relação entre os sexos, apontando que as discrepâncias não são fatos naturais, mas sim sociais, construídos intencionalmente para depreciar a mulher, pode ser a abertura para um caminho de significativas metamorfoses na educação.

---

<sup>1</sup> “1. Promover a colonização de; estabelecer colônia(s). 2. Migrar para outro território e nele se estabelecer, especialmente como seus primeiros ou principais habitantes; habitar como colono. 3. Dispersar-se e desenvolver-se; propagar-se, alastrar-se, invadir.” (MICHAELIS, 2024)

<sup>2</sup> “O Eurocentrismo é um termo utilizado para designar a centralidade e superioridade da visão europeia sobre as outras visões de mundo. As pessoas eurocêntricas levam em conta somente os valores europeus” (Toda Matéria, acesso em 2024).

<sup>3</sup> LERNER Gerda; tradução Luiza Sellera. *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019. Apesar da sua obra ter sido originalmente publicada no ano de 1986, nos Estados Unidos, foi apenas 33 anos depois, que fomos laureados com a tradução brasileira da obra.

A utilização do termo gênero<sup>4</sup> em como uma forma de questionamento das funções destinadas aos homens e às mulheres. Discutir gênero em vez de sexo deixa claro que a condição entre mulheres e homens não decorre da natureza, mas sim de uma categorização dos nossos corpos que nasceu da engenharia política e social. Nessa linha de pensamento, é necessário...

Consideramos fundamental “reinventar a escola” para que possa responder aos desafios da sociedade em que vivemos. Não acreditamos na padronização, em currículos únicos e engessados e perspectivas que reduzem o direito à educação e a resultados uniformes. Acreditamos no potencial dos educadores para construir propostas educativas coletivas e plurais. É tempo de inovar, atrever-se a realizar experiências pedagógicas a partir de paradigmas educacionais “outros”, mobilizar as comunidades educativas na construção de projetos políticos-pedagógicos relevantes para cada contexto. Nesse horizonte, a perspectiva intercultural pode oferecer contribuições especialmente relevantes (CANDAU, 2010 p. 5).

Seguindo a concepção, a filósofa, ativista e também professora, Djamila Ribeiro<sup>5</sup> (2019), traz em seu manifesto reflexões de várias feministas e ativistas sobre os direitos cerceados às mulheres desde a colonização. Uma das principais vozes que se ergue contra o racismo e o feminicídio, Ribeiro relata que, mesmo a mulher branca encontra dificuldades para ocupar seu espaço com dignidade e autoria, enquanto a mulher negra luta em dobro para garantir seus direitos. Discípula de Lélia Gonzalez, Ribeiro cita em sua obra Lugar de Fala (2019) a seguinte reflexão:

A pensadora e feminista negra Lélia Gonzales nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Ou seja, reconhecendo a equação: quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A feminista negra reconhecia a importância da inserção de teorias e práticas dentro do âmbito escolar no combate à desigualdade e na busca por novas formas de ser mulher (GONZALES, 1984 p. 238).

---

<sup>4</sup> Identidade de gênero diz respeito à experiência interna e individual relacionada ao gênero com o qual a pessoa se identifica. A identidade de gênero não está necessariamente relacionada com características biológicas tipicamente atribuídas aos sexos masculino e feminino (CANDAU, 2010).

<sup>5</sup> Graduada em Filosofia e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo, escritora, colunista, desde 2022, é imortal da cadeira nº 28 da Academia Paulista de Letras, foi laureada pelo Prêmio Prince Claus de 2019, concedido pelo Reino dos Países Baixos e considerada pela BBC como uma das 100 mulheres mais influentes do mundo (RIBEIRO, Djamila, encontrado em: [www.djamilaribeiro.com.br](http://www.djamilaribeiro.com.br), acesso em: 2023).

bell hooks<sup>6</sup>, entre suas ocupações como professora universitária, filósofa e escritora, bell hooks foi uma visionária, ativista antirracista, considerada uma das intelectuais mais importantes da atualidade. Feminista e mulher negra, ela exclamou seus conhecimentos e pesquisas sobre questões como gênero, feminismo e capitalismo, e, através desses estudos, alcançou um lugar de fala em uma jornada que ainda precisa ser amplamente desbravada.

Tratar da diversidade no âmbito educacional é algo urgente, já que a escola é um ambiente sistematizado que tem como dever informar, oferecer fontes de pesquisa, viabilizar meios de discussões coletivas e abordar todos os tipos de diversidade de forma democrática e responsável.

No entanto, as primeiras transformações devem partir dos professores, que são os primeiros a propiciar o conhecimento ao estudante, que, em sua maioria, já vem com uma bagagem intelectual e cultural familiar. Portanto, é necessário inovar, atualizar-se e saber moldar cada aluno de forma individual aos novos pensamentos, entregando-se de forma genuína, ponderada e sensata aos conceitos que serão discutidos.

Assim como bell hooks fez como estudante, professora e escritora, por toda sua vida, que infelizmente se findou recentemente em 2021, seus estudos e livros oferecem um caminho realmente transgressor para a educação brasileira, local de onde originou seu maior ídolo, Paulo Freire<sup>7</sup>.

Lamentavelmente, a ignorância e a disseminação de ideias corrompidas sobre o assunto, somadas à falta de discussão e tramitação do tema no local onde mais deveria ser debatido - a escola - somatizam um verdadeiro atraso na educação transgressora e libertadora destas inabilidades e refletem negativamente na sociedade e seu comportamento.

---

<sup>6</sup> A autora Gloria Jean Watkins, escolheu como pseudônimo em homenagem à sua avó, bell hooks, grafado em minúscula porque é um posicionamento político da recusa egóica intelectual.

<sup>7</sup> Paulo Freire (1921-1997) foi um educador brasileiro, criador de um método inovador para alfabetização de adultos. Ao mesmo tempo em que alfabetizava em tempo recorde trazia um exercício de cidadania por meio de debates. Tão celebrado mundo afora, Paulo Freire foi contestado em seu próprio país. O problema foi a associação do seu trabalho à ideologia das ditaduras comunistas do século XX (FRASÃO, Dilva, Ebiografias, disponível em: [www.ebiografias.br](http://www.ebiografias.br), acesso em 2023).

bell hooks publicou o livro *Ensinando a Transgredir* (2013), que é um emocionante convite à reflexão de que a educação é um compromisso e que a práxis da liberdade deve ser sempre emancipatória; portanto, coletiva e comprometida com a mudança e a transgressão.

“Queria que tivessem essa simples definição para ler repetidas vezes e saber que: Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2013, p.10).

Segundo Masetto (2015), anteriormente o conhecimento podia ser encontrado nas bibliotecas das universidades e durante as aulas ministradas por mestres e docentes culturalmente enraizados no tradicionalismo, onde o saber era considerado uma verdade absoluta e as práticas eram meramente reproduzidas.

Apesar disso, observamos que vivemos em um lugar onde a informação está disponível a qualquer momento. A disseminação das notícias é veloz, e a ponderação dessas deve ser mediada pelo docente.

Neste contexto, é fundamental que o professor esteja preparado para utilizar habilidades e tecnologias que lhe proporcionarão subsídios para uma observação assertiva e plural diante da realidade que se apresenta.

Entende-se que muitas modificações foram realizadas nos currículos e diretrizes brasileiras; portanto, ainda se observa a necessidade de implementação de políticas que amparem os direitos heterogêneos. A formação inicial docente não é diferente dessa necessidade; afinal, de que adianta novas políticas para velhos conceitos? Incluir ao estudo científico novas habilidades culturais e tecnológicas será imprescindível para formar um público de discentes que chega cada vez mais informado e crítico por ter acesso às notícias muitas vezes antes do próprio professor.

Atualmente, existem redes de pesquisadores que se uniram com o objetivo de levar informação aos colegas de profissão e têm como propósito articular e desenvolver ações de pesquisa e formação referenciadas na perspectiva da Pedagogia como Ciência da Educação e na defesa do estatuto identitário do trabalho de pedagogas/os, alinhado à compreensão da educação como prática social, desenvolvida em diferentes contextos sociais e institucionais, escolares e não escolares.

Movimentações como a descrita acima são de suma importância para que não fiquemos apenas aguardando as decisões do Estado, mas que façamos nossa própria

cobrança, já com sugestões de leis direcionadas, advindas dos profissionais da prática educacional, que sabem diferenciar a teoria da *práxis*.

Dessa forma, é urgente introduzir as relações de gênero e a educação na formação continuada docente e nos currículos escolares. Vivemos hoje uma situação consensual de que a formação escolar deve preparar sujeitos éticos e sensatos. No entanto, há um descompasso entre as adversidades do mundo e as da escola, como se fossem mundos distintos, tornando a teoria e a prática cada vez mais incongruentes.

Sendo assim, as transformações sociais, culturais e de pensamento sobre gênero na educação precisam ser repensadas a partir de introduções efetivas no currículo escolar e na formação dos novos profissionais, bem como na formação continuada das professoras já atuantes.

Nesse sentido, justifica-se a importância de analisar como podemos contribuir para as transformações necessárias na reformulação dos currículos e práticas da formação dos profissionais responsáveis por levar a aprendizagem à comunidade.

É fundamental demonstrar, através das entrevistas realizadas com as professoras, a veracidade do lugar de fala<sup>8</sup>, que a questão de gênero foi silenciada através da construção patriarcalista a qual impregnou-se na sociedade, inclusive com adoção das próprias mulheres, situação posta, que impacta diretamente nestas professoras, inclusive nas suas ações e falas, que muitas vezes inconscientemente são reproduzidas, assim como todo os tipos de preconceitos.

É necessário instigá-las a argumentar sobre o que perderam ao negligenciar essa discussão, que é necessária e libertadora tanto para elas quanto para seus aprendizes e à comunidade educacional em geral.

Para que essa metamorfose aconteça de forma eficaz, é primordial compreender esses indivíduos, que são seres subjetivos, únicos e que serão agentes dessa tão necessária transgressão. Devemos questionar o que as professoras sentem, entendem, conhecem e vivem como mulheres, sendo elas professoras de outras crianças que também se tornarão mulheres no futuro. Dessa forma, a pesquisa

---

<sup>8</sup> Do ponto de vista epistemológico, '*lugar de fala*' é um conceito de origem imprecisa, que, segundo Djamila, parece estar ancorado no movimento '*feminist stand point*', isto é, na compreensão de um 'ponto de vista feminista' que articula teoria racial crítica e pensamento decolonial e antipatriarcal. (RIBEIRO,2019).

objetivou responder as seguintes inquietações: Qual é o compromisso do Estado, da escola, da sociedade e das professoras nessa discussão?

A pesquisa objetiva um estudo de caráter social e educacional de suma importância, uma vez que aprimora a fundamentação de pautas merecedoras de um novo olhar. Nesse sentido, a análise busca entender como podemos apoiar as transformações necessárias na reformulação dos currículos e na formação dos professores da educação básica.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo analisar as práticas educacionais das professoras na condição de mulheres que são protagonistas da educação, considerando as concepções sobre o que é ser mulher, o que é e/ou representa o feminismo e a identidade de gênero.

Assim, os objetivos específicos são:

a) desenvolver um panorama histórico do processo de origem da luta feminista; b) investigar o nível de conhecimento sobre o tema na formação inicial docente e na formação continuada, bem como as discussões de gênero, os meios e as metodologias utilizadas nesse conteúdo educacional urgente; c) comparar as perspectivas de conhecimento e práticas pedagógicas no ensino fundamental, anos iniciais e finais, nas duas esferas educacionais, ensino público e privado, nas escolas da cidade de Araguaína.

## **1. Aspectos Metodológicos**

Nesta seção, apresentam-se os elementos que comporão a metodologia do estudo, que envolve os métodos, o cenário, a escolha dos participantes, as etapas, a análise dos dados e as considerações éticas. Todos os itens descritos estão detalhados de forma sistemática e processual por subseções. O primeiro subtópico trata da natureza da pesquisa, justifica a linha utilizada para o objetivo e caracteriza a abordagem em que se deseja chegar às exposições.

### **1.1 Natureza da pesquisa**

A investigação adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, correlacionando a problemática e partindo do princípio de análises bibliográficas que conceituarão os temas discutidos, com o objetivo de trazer esclarecimentos à luz da

formação inicial e continuada e dos tipos de saberes docentes das profissionais que atuam na educação básica.

Além disso, serão apresentadas ideias e fatos advindos de um paradigma<sup>9</sup> educacional construído pelo sistema do patriarcado, que desde o início impôs seus ideais de forma dominadora e machista, portanto, além do controle da sociedade, o sistema educacional seguiu normas e padrões misógenas, onde caminhos diferentes sempre foram banidos.

Em função disso, é tão urgente reconhecermos e aprofundarmos no entendimento nas vozes das profissionais que não se restringem apenas ao saber formal, mas também, nas suas próprias identificações, como mulheres docentes e a historicidade do seu gênero, estabelecendo uma analogia que visa alcançar os objetivos propostos no percurso empírico da pesquisa. Segundo Chizzotti (1995):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado (CHIZZOTTI, 1995, p. 79).

Para além do questionário, que contém dados investigativos mais pontuais da graduação, formação continuada e conhecimentos gerais, serão também observados os aspectos sociais e interpessoais de cada professora, para que assim, sejam obtidas percepções que tragam relevantes comparações nas práticas docentes e em suas carreiras, avaliando então, como essas conjunções reverberam direta ou indiretamente nos estudantes da educação básica a qual elas atuam e quais seus impactos na educação de ensino fundamental.

---

<sup>9</sup> Para Kuhn, o conhecimento científico é definido basicamente pela adoção de um paradigma, e um paradigma nada mais é do que uma estrutura mental – composta por teorias, experiências, métodos e instrumentos – que serve para o pensamento organizar, de determinado modo, a realidade e os seus eventos (Por: Anna Briza, Portal de Periódicos UFSC, acesso em 2024).

## 1.2 Lócus da pesquisa

O estudo ocorreu na cidade de Araguaína, estado do Tocantins, considerada hoje a segunda maior cidade do Estado, e tem aproximadamente 171.301.000 (cento e setenta e um mil e trezentas e um) habitantes de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Ainda de acordo com o site da Prefeitura de Araguaína, ([www.araguaina.to.gov](http://www.araguaina.to.gov)), a cidade é considerada a capital econômica do Tocantins, hoje com a área de 4 mil km<sup>2</sup> e o PIB de 1,915,9 UDS, movimentou US\$ 137.702.968 em exportações e tem influência regional de 1 milhão de pessoas.

O município de Araguaína conta com 77 escolas municipais e 32 escolas estaduais mantidas pelo poder público, além de 36 escolas particulares. Esses dados foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Araguaína (SEMED, 2022) e pela Secretaria Estadual de Educação (DREA, 2022).

A pesquisa foi delimitada à Escola Municipal Capim Dourado, que atualmente oferece turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e à Escola Privada: Colégio Saber Além, que oferece turmas da educação infantil ao ensino médio.

Os sujeitos a serem entrevistados serão os professores que atuam como polivalentes nas turmas do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, totalizando 10 (dez) profissionais: 5 (cinco) do Colégio Saber Além e 5 (cinco) da Escola Municipal Capim Dourado.

A pesquisa exploratória tem como objetivo interpretar o fenômeno através da investigação e percepção dos depoimentos das professoras sobre suas experiências sociais e profissionais, possibilitando uma compreensão diversificada da realidade estudada.

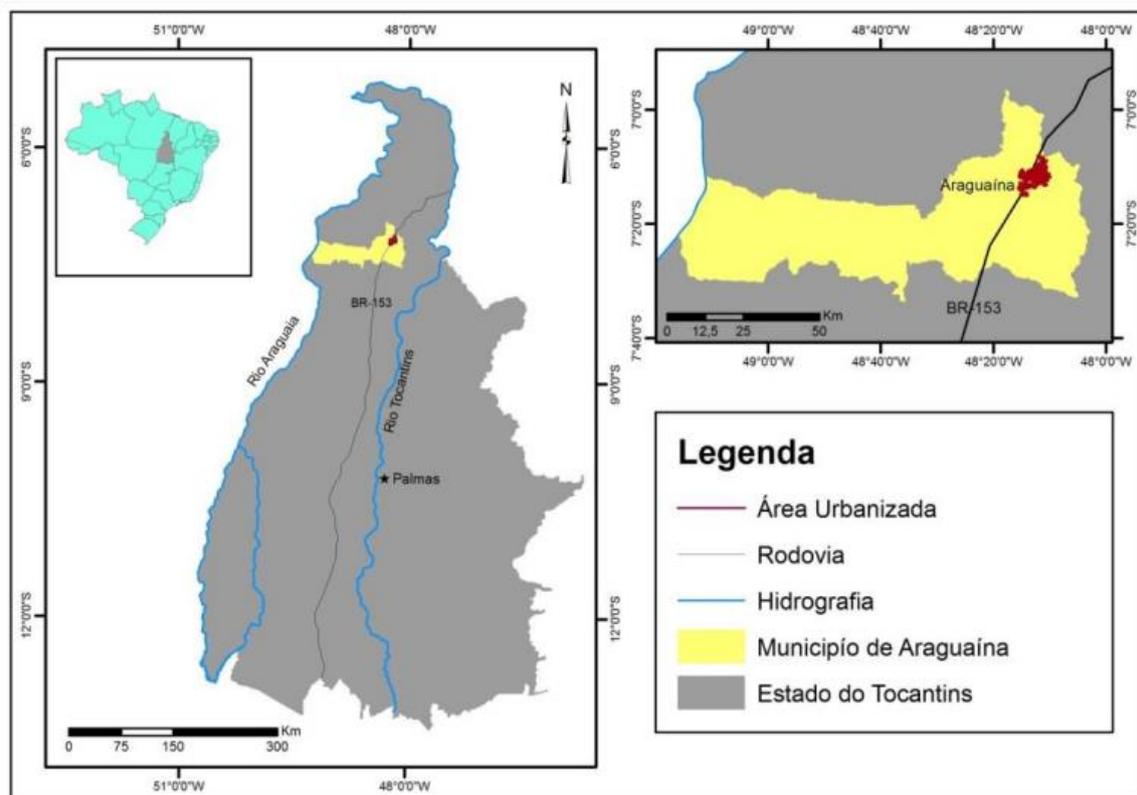
A Escola Municipal Capim Dourado é uma escola de bairro periférico que recebe estudantes da comunidade local. Oferece educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno, destinado a estudantes que trabalham e a menores infratores que precisam cumprir carga horária escolar como parte de acordos com a justiça.

O Colégio Saber Além está localizado no centro de Araguaína. É uma escola religiosa de tradição, hoje com idade próxima à da cidade. Sua oferta de ensino vai da educação infantil ao ensino médio. Por regulação da congregação, o diretor é

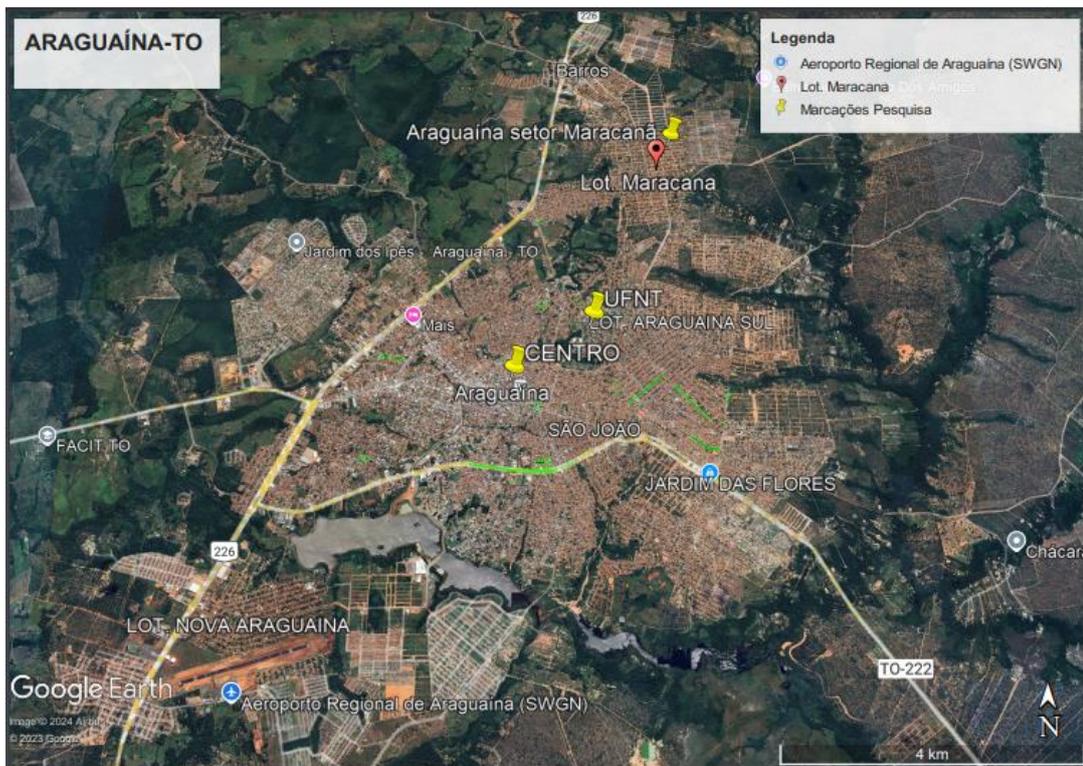
sempre um religioso. O colégio atende principalmente estudantes de classe média e média alta, contando também com um percentual de estudantes que ingressam através de bolsas filantrópicas, onde a escola se beneficia de uma contrapartida com o fisco.

Abaixo, na figura 1, é apresentada a representação geográfica da localização do município de Araguaína no estado do Tocantins, situada bem ao norte, há 125 km da cidade de São Geraldo-PA e 111km de Carolina-MA, a cidade é um polo industrial e do agronegócio, o que a faz ser sede de uma grande diversidade de migrantes, logo a seguir, na figura 2, veremos o mapa da cidade de Araguaína em 3D, com delimitações de bairros e norteadores das localizações da pesquisa.

**Figura 1:** Mapa da localização município de Araguaína no Estado do Tocantins



**Fonte:** SIG – Sistema de Informação Geográfica, (2022)

**Figura 2:** Mapa 3D da Cidade de Araguaína

Fonte: [www.earth.google.com/web](http://www.earth.google.com/web) (2024)

### 1.3 Instrumentos da pesquisa

Os dados foram obtidos por meio de um questionário, e a entrevista semiestruturada foi realizada de forma presencial ou online (via Google Meet), conforme a necessidade e disponibilidade das participantes. As questões abordaram a temática discutida no contexto desta dissertação. As respostas obtidas servirão como base para análise e serão transformadas em informações que ajudarão a confrontar a hipótese com a realidade.

A escolha das docentes visou utilizar entrevistas semiestruturadas com questões elaboradas para conhecer a realidade sociocultural e a atuação das professoras. A comparação entre as duas esferas será de grande relevância para as conclusões propostas, com o objetivo de enriquecer a formação continuada desses profissionais e refletir sobre suas formas de enxergar o ensino, para além do paradigma educacional tradicional e da escolarização.

Os dados a serem coletados na pesquisa serão providos por um questionário pré-elaborado que será respondido pelos participantes da pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 140), a coleta de dados em um estudo de caso exige que o pesquisador tenha ainda mais cuidado do que em outras modalidades de pesquisa, devido à sua maior complexidade. Gil afirma que “obter dados por meio de procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos (...)” e que estes dados devem “(...) ser provenientes da convergência ou divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos” para a validação do trabalho.

A aplicação do questionário incluirá perguntas pré-definidas, objetivas e subjetivas, relacionadas ao tema e aos objetivos que possam esclarecer a dúvida central da pesquisa. Isso promoverá um conjunto de pistas que refletem a realidade, o fenômeno investigado e a conjuntura de fatores que se interligam formando o objeto de pesquisa (GIL, 2002).

Para corroborar a triangulação de dados e promover uma melhor compreensão do intuito da pesquisa, será realizada uma observação pela pesquisadora, a análise das respostas desenvolvidas com cada participante, respeitando o tempo e os limites do indivíduo em questão, bem como o ambiente social e profissional no qual o participante está inserido.

#### 1.4 Análise dos resultados

Para que a pesquisa tenha status científico, será utilizada como técnica a análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), considerada a mais apropriada para um trabalho com abordagem qualitativa. De acordo com a autora, este método é...

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Nesse aspecto, a utilização desta técnica analítica demonstra que a perspectiva teórica entrelaça o instrumento e a pesquisa, como parte de um todo que ilumina a compreensão do objeto estudado. Segundo Dal-Farra e Lopes (2013, p. 77), “[...] ao utilizar múltiplas abordagens, torna-se possível que haja uma contribuição mútua das

potencialidades de cada uma delas, gerando respostas mais abrangentes aos problemas de pesquisa formulados” e, assim, conduzindo a uma coerência científica da pesquisa.

Diante dessas concepções, o estudo de caso será aprofundado pelo uso de uma pluralidade de levantamentos de dados sobre o objeto estudado, evitando percepções limitadas e prevenindo um eventual equívoco na análise das evidências, com base na triangulação analítica. Para tanto, Yin (2010) descreve quatro tipos de triangulação: dos dados, do investigador, da teoria e metodológica.

Dessa forma, optou-se por esta pesquisa pela triangulação dos dados por meio das percepções dos sujeitos, com entrevistas realizadas com professoras ativas em suas atribuições. Busca-se coletar informações de fontes ativas, com fatos e dinâmica, pois isso contribuirá para a elucidação do caso e para a objetivação das conclusões a partir dos levantamentos feitos.

## **2. A origem do processo histórico feminista**

Para refletirmos sobre as causas e efeitos que originaram a ideologia patriarcal, ainda presente atualmente, apresentamos um aparato teórico baseado em textos importantes que narram a construção desse conceito, começando por “A criação do Patriarcado” (2019)<sup>10</sup> de Gerda Lerner.

O feminismo surge como uma forma de luta e resistência das mulheres que tiveram a percepção de que, apenas por seu gênero, sua classe foi subjugada e oprimida sem nenhum pudor ou receio. Enquanto os homens deixavam o campo para trabalhar nas fábricas, as mulheres permaneciam no campo e nos lares, cuidando de seus filhos e do trabalho doméstico sem nenhum reconhecimento. Afinal, trabalhar em casa era e ainda é encarado como uma obrigação, e não como uma contribuição para a economia e o crescimento da família.

Esse trabalho, não remunerado e exaustivo, não apenas não recebia reconhecimento, mas também não oferecia folga, suporte ou qualquer prestígio. Além

---

<sup>10</sup> LERNER Gerda; tradução Luiza Sellera. *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

disso, as mulheres carregavam a total responsabilidade pela educação dos filhos, frequentemente sendo julgadas e apontadas pelo próprio cônjuge e pela sociedade quando um filho ou filha se desviava dos padrões convencionais da época.

O tempo exato do início do movimento feminista é desconhecido; no entanto, as principais metáforas e representações de gênero no Ocidente derivam de fontes mesopotâmicas. A partir dos estudos feministas, entendemos que, desde a caça às bruxas, o movimento existiu, mesmo que não se denominasse assim. O movimento feminista começou a ganhar força no final do século XIX e início do século XX, com a primeira onda marcada por lutas por direitos básicos, como o direito ao voto, à educação e à igualdade de oportunidades econômicas, sociais e culturais.

É importante destacar que o patriarcalismo tem suas raízes em Gênesis, estando intimamente ligado ao cristianismo e ao fundamentalismo da época da Igreja Católica, ainda num estado arcaico. Esta organização, que pode ser considerada uma das maiores já vistas, não era composta apenas por homens, mas também por mulheres que ajudaram a criar um mundo incessante de regras e valores próprios e inflexíveis.

Dessa forma, a classe dominante patriarcal foi planejada e articulada para que os homens não tivessem seu poder ameaçado pelas mulheres e também pelos próprios homens que não pertenciam aos grupos predominantes no domínio e poder. Portanto, não é difícil compreender que o feminismo não apenas lutava e luta pela igualdade de gênero, mas também pela igualdade social.

Que segundo, Guerda Lerner (2019), a constituição do patriarcado precede à escravidão, afirmando ainda que “A questão é que homens e mulheres sofreram exclusão e discriminação por razões de classe, mas nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa do seu sexo, embora todas as mulheres tenham sido” (LERNER, 2019, p.25).

A categorização de gênero é o elo recíproco entre o patriarcado e o capitalismo, historicamente, o trabalho foi ligado às forças produtivas e reprodutivas as quais se tornaram determinação da organização cultural e política de uma época, esta abordagem do androcentrismo<sup>11</sup> que influencia diversas áreas, como a cultura, a

---

<sup>11</sup> O androcentrismo é um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward (SOUZA, 2009) que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo. Está literalmente ligado à noção de patriarcado (RIBEIRO, Dulcileni, 2020).

ciência, a história e a política, inclusive, diretamente na língua materna, onde na norma culta, todos os plurais e generalizações sobre pessoas, são feitas no masculino, gerando uma sessão que inviabiliza e minimiza as contribuições e experiências das mulheres, levando à perpetuação das desigualdades de gênero.

Ao longo do tempo, o feminismo evoluiu e se diversificou, dando origem a diferentes correntes e abordagens. O feminismo de segunda onda, nas décadas de 1960 e 1970, contou com fortes nomes do movimento, como Simone de Beauvoir e Betty Friedan, que trouxeram à tona questões como a igualdade salarial, o direito ao aborto e a penalização da violência doméstica. Discussões que ainda são varridas para debaixo do tapete na atualidade, onde as mulheres continuam a viver na dependência do homem, sempre precisando provar seu valor, seus conhecimentos e sua narrativa.

Na perspectiva de bell hooks<sup>12</sup>, a luta nunca parou; ela se modificou e aprimorou, mas para uma mulher, sempre será mais difícil provar sua competência. Seu caráter é posto à prova quando denuncia assédio e discriminação, e sua palavra é distorcida em seu próprio detrimento.

Já o feminismo de terceira onda, a partir dos anos 1990, enfatizou a interseccionalidade e a diversidade de experiências das mulheres, buscando incluir vozes marginalizadas, como as mulheres negras, LGBTQIAP+ e com deficiência. Mais uma vez, para quem pouco pesquisa sobre o movimento feminista, é fácil perceber que o feminismo não é uma luta de uma só classe ou apenas de mulheres; é uma luta de toda uma sociedade esquecida, marginalizada e rebaixada.

Na visão de bell hooks (2019), a história é prova viva do quanto as mulheres foram anuladas da maioria dos acontecimentos considerados importantes para a formação de concepções e para o meio investigativo da sociedade atual.

Os nomes omitidos e censurados foram muitos, no século XIX a Imperatriz Maria Leopoldina<sup>13</sup> não teve seu nome enaltecido como figura política ou intelectual e pesquisadora botânica. Ela ficou conhecida e foi retratada como a mulher traída de

---

<sup>12</sup> Em sua obra: bell hooks, “*e eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo.*” Tradução Bhuvi Libanio, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

<sup>13</sup> Primeira esposa de Dom Pedro I, Maria Leopoldina da Áustria, foi imperatriz consorte do Brasil. A declaração da Independência, em 7 de setembro, foi escrita por José Bonifácio e assinada pela Imperatriz e enviada a Dom Pedro que estava em São Paulo. (FRASÃO, Dilva, Ebiografias, disponível em: [www.ebiografias.br](http://www.ebiografias.br), acesso em 2023).

Dom Pedro. No entanto, as documentações históricas demonstram que ela foi uma grande articuladora política, responsável por conduzir e participar de acordos e liderar decisões na monarquia portuguesa de grande relevância para a independência do Brasil. Embora ela não tenha declarado publicamente, estava no centro das movimentações, enviando despachos urgentes ao marido em São Paulo e presidindo reuniões do conselho monárquico<sup>14</sup>.

Marie Curie<sup>15</sup> no século XX, dividiu seu primeiro prêmio Nobel com seu esposo, no entanto, não teve seu nome enaltecido por esse mérito, o qual foi recebido por ele. Ela precisou conquistar seus próprios Prêmios Nobel, sim, foram dois, sendo o primeiro concedido a uma mulher em toda a história.

Infortunadamente, como de costume, o reconhecimento mundial na área da ciência veio após sua morte. Emmy Noether<sup>16</sup> teve um papel essencial na álgebra abstrata e trabalhou por 25 anos sem receber salário, por não ser considerada merecedora e apta para tal função. Rosalind Franklin<sup>17</sup>, autora da imagem que mostra o formato de hélice do DNA, teve seus dados roubados por um homem que, por muito tempo, ganhou fama em seu lugar.

Maria Quitéria de Jesus<sup>18</sup>, a primeira mulher a integrar as forças armadas do Brasil no século XIX, se escondia atrás do personagem que criou: Soldado Medeiros.

---

<sup>14</sup> Na monarquia, forma de governo vigente no Brasil antes da Proclamação da República, o país é governado pelo rei, ou monarca, que exerce a função de chefe de Estado sem limites de poder ou tempo. Não há eleição, o poder decorre da hereditariedade, apenas integrantes da família real podem chegar ao cargo de rei (NEVES, Daniel, UFG, 2010).

<sup>15</sup> Nascida na Polônia em 1867, Marie estudou química e física na França. Foi ela quem deu nome ao termo radiação e descobriu dois novos elementos químicos: o rádio e o polônio (CAVALIERI, Irene, disponível em: [www.inviofiocruz.br](http://www.inviofiocruz.br), acesso em 2023).

<sup>16</sup> Emmy Noether, nasceu em Erlangen, na Alemanha, em 23 de março de 1882, considerada como a criadora da álgebra moderna, foi uma matemática e física alemã de origem judaica, conhecida pelas suas contribuições inovadoras na álgebra abstracta e na física teórica (Por: DAFIS, Instituto de Física da UFBA, acesso em 2023).

<sup>17</sup> Inglesa, Graduiu-se na Universidade de Cambridge, onde estudou física e química. Foi em Cambridge, que Rosalind teve contato com William Lawrence Bragg, que usava difração por raios X, para revelar as estruturas de cristais, mas Rosalind optou por seguir sua carreira explorando essa técnica no estudo microscópico da matéria ([www.fiocruz.br/biosseguranca](http://www.fiocruz.br/biosseguranca), acesso em 2023).

<sup>18</sup> Em 1792, no povoado de São José das Itaporocas, atualmente localizado no município de Feira de Santana, no estado da Bahia, nasceu Maria Quitéria. Filha de Gonçalo Alves de Almeida, proprietário de terras e lavrador, mudaram-se para Serra da Agulha, onde com um retorno melhor do solo, suas condições financeiras familiares melhoraram. Tem-se notícias que Maria Quitéria não possuía ensino formal e gostava de realizar, com auxílio de uma espingarda, a caça de aves e mamíferos nas propriedades da família (Por: Bruna Alves e outros, UNIFESP: 2022, acesso em 2023).

Após ser descoberta por seu pai, foi defendida pelo comandante do batalhão, que lhe deu permissão para continuar no exército.

Simone de Beauvoir<sup>19</sup>, grande filósofa, intelectual, ativista e professora, teve seu nome anexado à lista negra do Vaticano quando lançou seu livro “O Segundo Sexo”, por ser considerado agressivo demais para a época. Retornando ainda aos Prêmios Nobel, apenas 5% dos prêmios foram entregues a mulheres, algumas delas muitos anos depois de mortas.

Apesar das referências acima serem resumidas e concisas, a problemática dentro da própria classe das mulheres se desencadeia dessas camuflagens. Mulheres que já estavam acostumadas a estar sempre à sombra dos homens, como poderiam se levantar? De qual forma obteriam coragem e forças para enfrentar uma classe cheia de narrativas condecoradas, como a história sempre fez questão de emplacar? Em qual arquétipo poderiam se agarrar para que a narrativa se modificasse?

Conforme a ideia de Federici<sup>20</sup> (2017), a sociedade evoluiu acreditando que o arquétipo da mulher era um corpo adjunto ao do homem, um corpo que foi desobediente a Deus e, portanto, menos digno. Exatamente por esse motivo, as mulheres feministas tiveram e têm tanta relevância e importância na história das conquistas femininas.

Sendo assim, é fácil entender o motivo de tanto julgamento e intolerância em relação ao movimento feminista, que se propõe à libertação e luta das mulheres e das classes marginalizadas. A liberdade custa caro, e são poucos os dispostos a pagar o preço. O que não podemos é silenciar e deixar que o sistema patriarcal continue apagando e ocultando as memórias históricas dessas personas que abriram caminhos jamais trilhados antes. A título de exemplo, a obra: “*A guerra não tem rosto de mulher*”, de ALEKSIÉVITCH (2015)<sup>21</sup>, nos traz a reflexão de como as

---

<sup>19</sup> Simone de Beauvoir (Simone Lucie Ernestine Marie Bertrand de Beauvoir) nasceu em Paris, França, em 9 de janeiro de 1908 e faleceu na mesma cidade em 14 de abril de 1986, aos 78 anos. Beauvoir iniciou a publicação de seus textos literários e filosóficos durante a Segunda Guerra Mundial e, em 1945, após o fim da guerra, fundou, junto com Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty, entre outros intelectuais, a revista *Les Temps Modernes*, dedicada a temas literários e políticos (Por: Heci Regina Candiani, Enciclopédia: Mulheres na filosofia, blogs.unicamp.br, acesso em 2023).

<sup>20</sup> Federici Silva, “*Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*”, Tradução: coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

Silvia Federici é uma filósofa contemporânea, escritora, professora e uma das mulheres pioneiras nas campanhas que reivindicavam salário para o trabalho doméstico.

<sup>21</sup> ALEKSIÉVITCH, Svetlana, *A guerra não tem rosto de mulher*. Tradução do Russo: Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das letras, 2015. Svetlana é uma escritora e jornalista ucraniana, recebeu o

mulheres foram anuladas da história. Durante a Segunda Guerra Mundial, mais de um milhão de mulheres lutaram como soldadas em favor de seu país, a Rússia. Todavia, os historiadores russos não consideraram esse fato; providencialmente, como vencedores da guerra, o patriarcalismo não reconheceu a participação das mulheres porque isso exigiria dividir o poder e a exaltação da vitória.

Nesse sentido, a análise que parte da história do patriarcado nos ajuda a compreender como corroborar para que as discussões e transformações necessárias ocorram de forma mais assertiva e efetiva na sociedade, promovendo perspectivas de avanço e explanação do conceito feminista, a fim de amenizar a rejeição, opressões e negações de que essa discussão é necessária e libertadora tanto para as mulheres quanto para os homens.

A noção de gênero foi utilizada para declarar a discriminação sofrida por mulheres em vários níveis: social, interpessoal e, principalmente, profissional. Criado no início dos anos sessenta, o conceito de gênero adquiriu relevância por intermédio de feministas, professoras e teóricas que desejavam a inserção e o devido reconhecimento das mulheres na sociedade, nos domínios público do trabalho, política, educação e outros espaços sociais que antes não eram alcançados. Fato este que é mais antigo que a civilização: a negação da história das mulheres e a subordinação aos homens afetaram estrutural e psicologicamente tanto mulheres quanto homens.

Antes mesmo da propriedade privada e da sociedade de classes, ocorreu a apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens. Estados arcaicos foram organizados no formato do patriarcado, e, desde sempre, o Estado se interessou pela permanência do modelo de família patriarcal. Então,

A explicação tradicionalista concentra-se na capacidade reprodutiva feminina e vê a maternidade como maior meta de vida das mulheres, definindo, assim, como desviantes mulheres que não se tornam mães. Considerava-se função materna uma necessidade da espécie, uma vez que as sociedades não teriam conseguido chegar à modernidade sem que a maioria das mulheres dedicasse quase a vida adulta a ter e criar filhos (LERNER, 2019, p. 34).

---

prêmio Nobel de literatura em 2015 após publicar a obra citada, obra esta, que ela cita suas entrevistas com testemunhas de acontecimentos dramáticos no país, com o a Segunda Guerra Mundial.

Ainda de acordo com Lerner (2019, p. 108), “A opressão das mulheres precede a escravidão e a torna possível”. Partindo dessa premissa, o patriarcalismo cria um enraizamento dessa cultura na sociedade e a alimenta para a continuidade da opressão de forma tão impositiva que, mesmo quando alguma mulher tinha ciência da situação vivida, não tinha espaço nem forças para lutar contra o que estava imposto pelos homens dominantes.

A subestimação das mulheres foi ampla. Inicialmente, a força física foi usada como forma de aprisioná-las em casa enquanto o homem saía para a caça. Durante a gestação, a ideia era de que as mulheres eram a melhor escolha para proteger a prole. Em seguida, a função exclusiva de cuidado, alimentação, educação e instrução da criança foi atribuída a elas. Posteriormente, surgiu a concepção de que a inteligência das mulheres era inferior à dos homens, que eram os únicos a ter contato com o mundo externo, como trabalho, comércio e negócios. Afirma-se que:

A vedação ao acesso da mulher ao mundo público foi de forma enraizada na sociedade que se mantém no centro da desigualdade de gênero até hoje. Independentemente da agenda que a mulher defendesse, ela sempre era – e ainda é – alvo de uma modalidade bem definida de controle e repressão, que se valia de estratégias como a violência política de gênero, os apagamentos nos processos e de construção de memória e as distorções narrativas. O objetivo desse vasto repertório tático é mantê-las fora da cena pública e dos espaços de decisão, estancando, impedindo e desencorajando um outro futuro possível (STARLING, 2022, p.30).

Após progressos assertivos para a desconstitucionalização dos preconceitos contra as mulheres em todos os espaços sociais, como a institucionalização do voto, o direito à candidatura e a ocupação de diversas funções profissionais, inclusive políticas, ainda persiste o sofrimento causado pela ideologia da família patriarcal. Essa família simula aceitar o progresso das mulheres, permitindo que elas se qualifiquem e tenham suas profissões, entretanto, somente até o ponto em que esses avanços não atrapalhem as prioridades da família, que é ser a sustentação do lar. A mulher é estereotipada e cobrada pela função responsável pelo sucesso da ascensão e pelos resultados dos filhos e da base familiar.

No Brasil, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), a maioria da população é representada pelo gênero feminino. Elas foram as primeiras a conquistar o direito ao voto na América Latina; no entanto, ocupam apenas uma porcentagem mínima dos assentos na Assembleia Legislativa e no Senado Federal. Esses dados

colocam as brasileiras na 108ª posição entre 155 países no índice produzido pelo Fórum Econômico Mundial de empoderamento das mulheres.

O sistema patriarcal contribui para que a disparidade entre homens e mulheres coloque as mulheres em uma posição de subordinação, construindo, inclusive, uma parcela de mulheres que se submetem à cultura patriarcal, tornando-se cúmplices do sistema. No entanto, existem muitas que lutam ativamente contra as desigualdades de gênero e trabalham para criar mudanças significativas.

O sistema do patriarcado só pode funcionar com a cooperação das mulheres. Assegura-se essa cooperação por diversos meios: doutrinação de gênero, carência educacional, negação às mulheres do conhecimento da própria história, divisão de mulheres pela definição de “respeitabilidade” e “desvio” de acordo com suas atividades sexuais; por estrições e coerção total; por meio de discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político e pela concessão de privilégios de classe a mulheres que obedecem (LERNER, 2019, p.272).

Compreendendo que a negação do conhecimento histórico do feminismo não é precedida apenas pelos homens, o feminismo não é um movimento monolítico, mas sim um conjunto de ideias e práticas que se adaptam às necessidades e demandas das mulheres em diferentes contextos históricos e sociais.

Em conformidade com as demais autoras, para Chimamanda Ngozi Adichie<sup>22</sup> (2017), o feminismo é uma luta por igualdade de gênero, mas também por justiça social e direitos humanos. Inúmeras mulheres não dão a devida importância ao entendimento do motivo de tal subjugação sofrida pela classe e defendem com veemência o modelo de família patriarcal, por ser ele o defendido pelo conservadorismo e cristianismo.

Dessa maneira, fazem uso da terminologia “submissão” e “obediência da mulher” que é associada às escrituras da Bíblia, apoderando-se apenas da figura masculina, que é descrita como o provedor, protetor e cabeça do relacionamento. Assim, a mulher vivencia situações de violência e preconceito e, na maioria das vezes, se convence de que essa é a forma correta de posicionar a mulher na sociedade.

---

<sup>22</sup> Militante feminista, palestrante e uma das mais conhecidas autoras da literatura africana, a nigeriana *Chimamanda Ngozi Adichie* já teve suas obras traduzidas para mais de 30 idiomas e conquistou diversos prêmios. Nigeriana, cresceu na cidade universitária de Nsukka e, juntamente com os cinco irmãos, frequentou a escola dessa universidade, na qual iniciou o curso de Medicina e Farmácia. Nele, permaneceu por um ano e meio (COSMO, Mayse, NEGRÊ, encontrado em: [www.negre.com.br](http://www.negre.com.br), acesso em: 2024).

Compreende-se, portanto, que o medo do desconhecido leva as pessoas a desenvolverem preconceitos como uma forma de autoproteção, o que pode gerar estereótipos e discriminação.

Desse modo, citam-se dois grupos: os dominantes e os marginalizados. Um subordina o outro, pois os grupos dominantes perpetuam preconceitos para manter seu status e privilégios, enquanto os grupos marginalizados internalizam estereótipos negativos devido à opressão sistemática que enfrentam.

Culturalmente, temos a tendência natural de categorizar e simplificar informações complexas, o que leva a generalizações e estereótipos preconceituosos, pois tendemos a agrupar pessoas com base em características superficiais.

bell hooks, destaca em seu livro: *e eu não sou uma mulher*<sup>23</sup>? Sobre a desvalorização da mulher, em especial a mulher negra, que representa uma classe historicamente silenciada dentro do movimento feminista e afetada intensamente pelo machismo.

Nesse viés, bell hooks (2020) discorre sobre as raízes sexistas e misóginas trazidas pelos europeus na ocupação das Américas e como esse fato se fez presente nos séculos seguintes. As mulheres negras foram extremamente objetificadas e violentadas sem escrúpulos ou culpa, interpretadas como meros objetos, ausentes de dignidade e humanidade, e prontas para serem exploradas e servir às vontades de seus senhores.

Por essa perspectiva, durante o período de escravidão, o sistema patriarcalista impulsionou o ódio entre as mulheres. As escravizadas eram constantemente usadas como amantes e propriedade dos senhores. Assim, as esposas brancas, sentindo-se ofendidas e não podendo se impor aos maridos, usavam seu privilégio de branquitude para descontar suas frustrações matrimoniais e opressões dentro do lar nas mulheres negras.

Não obstante, tal realidade se perpetuou dentro dos movimentos antirracistas, notoriamente por meio da desconsideração do poder de fala dessas personalidades e da constante masculinização da negritude feminina. Entre as formas preconceituosas, podemos citar o uso equivocado do conceito de matriarcalismo designado a essa

---

<sup>23</sup> bell hooks, “*e eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo.” Tradução Bhuvli Libanio, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

parcela social, desconsiderando seus traumas passados, a instabilidade econômica vivenciada por elas e o desprezo contínuo dos homens negros, que acreditavam ter sua masculinidade desprestigiada pela necessidade de autossuficiência dessas mulheres. Afirma-se que:

Os líderes negros do movimento tornaram a libertação das pessoas negras sinônimo da conquista do direito de assumir o papel de patriarca, de opressor sexista. Ao permitir que os homens brancos ditassem os termos pelos quais definiram a libertação negra, os homens negros escolheram endossar a exploração e a opressão das mulheres negras. Ao fazerem isso, comprometeram-se. Não foram libertados do sistema, mas libertados para servir o sistema (hooks, 2022, p.286).

Em continuidade, tal configuração também foi notória dentro da própria organização feminista. Durante as primeiras convenções pelos direitos das mulheres, as reivindicações das mulheres negras eram desconsideradas e essas cidadãs eram proibidas de opinar, sendo até mesmo acusadas pelas feministas brancas de desqualificar a integridade e seriedade do movimento.

Uma visão aprofundada revela que essa aversão e o embate étnico de revolucionárias feministas são de extremo interesse para a continuação e fortalecimento do patriarcalismo e a configuração desigual da sociedade atual.

À vista disso, as discussões e a inclusão das mulheres negras dentro do feminismo contemporâneo e o entendimento de que o inimigo comum de toda e qualquer etnia feminina é o sexismo vigente são fundamentais. Como citado anteriormente, o princípio fundamental da movimentação social pela equidade de gênero é também o retratamento racial e a luta contra todos os estigmas impostos desde os primórdios da colonização na coletividade.

No entanto, não sendo essa uma escolha homogênea, cabe a nós dar visibilidade e acesso ao tema para aqueles e aquelas que entendem que uma sociedade mais feminista também será uma sociedade mais igualitária, mais tolerante e respeitosa com todos os modelos de famílias e comunidades, direcionando as responsabilidades com igualdade, independente de gênero. Lembrando sempre que o filho ou filha, gerado ou adotado, é de responsabilidade igual dos membros da composição desta família.

Crianças não nascem preconceituosas; elas aprendem a ser preconceituosas. Assim, o preconceito não é inato, mas sim aprendido e internalizado ao longo do

tempo. Portanto, isso também significa que é possível desaprender e desafiar essas atitudes preconceituosas por meio da educação, do diálogo e da exposição a diferentes perspectivas. Se uma criança não tem convivência e esclarecimento com a diversidade, essa criança reproduzirá o que o meio de convívio oferece.

A família patriarcal chega a ser um paradoxo: um modelo que se mantém por ser considerado convencional e correto, no entanto, não pratica a generosidade e o respeito ao próximo que tanto prega dentro de suas casas. Assim, transforma suas crianças em pessoas intolerantes, racistas e machistas, por claramente se acharem melhores do que outros modelos de família. Afirma-se que:

Os estereótipos de gênero são tão profundamente inculcados em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade. É muito difícil desaprende-los, e por isso é importante cuidar que Chizalum rejeite esses estereótipos desde o começo (ADICHIE, 2021, p.28).

Não é incomum, mesmo para uma pessoa esclarecida e despreconceituada, regredir diante de algumas situações do dia a dia. Desde a infância, somos expostos a normas, valores e crenças que moldam nossa visão de mundo. A socialização desempenha um papel fundamental na formação de atitudes e estereótipos preconceituosos, transmitidos por meio da família, escola, mídia e outros agentes sociais.

Nesse cenário, a mídia desempenha um papel significativo na formação de atitudes e crenças. Representações estereotipadas e negativas de certos grupos podem reforçar preconceitos existentes, arraigados ou novos. O reforço dos preconceitos gera situações desconfortáveis, principalmente em relações sociais e no conhecimento cultural.

Portanto, a história do feminismo mostra que a luta pela igualdade de gênero é contínua e necessária. É preciso avançar desafiando as estruturas patriarcais e segregacionistas, trabalhando para construir uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com Chimamanda Ngozi Adichie (2012), é fundamental que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, profissão e classe social, sejam respeitadas e tenham garantidos os seus direitos plenos.

É importante enfatizar a participação do Estado e dos educadores em práticas que desenvolvam a pesquisa e o aprimoramento do tema, para que possam transmitir

esses conhecimentos aos estudantes e à comunidade escolar. Conforme a Constituição Federal, é dever de toda a sociedade cobrar do Estado políticas públicas mais eficazes e assertivas, para que o tema se instale em todas as redes escolares como parte da formação integral dos indivíduos que ali frequentam, e que precisam ser representados de forma regulamentar, desenvolvendo a autonomia que seus ancestrais tiveram intimidada.

### **3. A construção educacional sexista no Brasil**

Através dos relatos históricos, a primeira instituição escolar no Brasil, foi fundada em 1549, século XVI, pelo padre Manoel da Nóbrega, na cidade de Salvador, Bahia, com o objetivo de catequisar os nativos. A partir desta, outras instituições foram surgindo, em sua maioria, fundadas e mantidas pelos padres portugueses.

O ponto aqui a ser analisado é que dentre os anos de 1549 até 1837, as instituições eram somente fundadas, dirigidas e frequentadas por homens. Ainda que em 15 de março de 1827, Dom Pedro I assinara a primeira legislação no Brasil relativa ao acesso de mulheres à escola, o senado colocou impedimentos e apenas permitia o acesso às escolas elementares, mas impedia que as meninas se matriculassem em escolas avançadas.

No ano de 1838, quase três séculos depois, Nísia Floresta Brasileira Augusta, escritora e fortemente influenciada pelo filósofo Augusto Comte, pai do positivismo, com quem conviveu durante suas viagens à Europa, Nísia Floresta entendia as mulheres como importantes figuras sociais, dotadas de uma identidade fundamental para o crescimento das sociedades, abre a primeira escola para mulheres no Rio de Janeiro.

Se educar é o mesmo que criar, nutrir, fazer crescer, por que delongamos três séculos até que se fosse permitido às mulheres de frequentarem escolas? Ainda com ressalvas, com disciplinas que as motivavam a cuidar do lar, com segregações que as faziam pensar que não eram tão capazes como os homens.

Se o ambiente que proporciona a educação para a sociedade demorou quase três séculos para inserir as mulheres, quantos séculos mais precisaremos para provar que somos capazes igualmente nas áreas cognitivas, emocionais, sociais que os

homens? Como dizer que há educação, se ela não traz à luz os principais objetivos de se conviver em sociedade, como a democracia, o respeito, a igualdade, a justiça.

Etimologicamente, podemos afirmar que "educação", do verbo educar, significa "trazer à luz a ideia" ou, filosoficamente, fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade à realidade, "criar uma criança", nutrir, fazer crescer.

Ainda podemos afirmar que o verbo educar pode até se dissociar da escola, mas a escola não se dissocia do verbo; não há escola sem educação, não há caminho para a instrução sem a premissa da educação. Nesta, observamos as incoerências dos direitos humanos e sociais que deveriam ser pleiteados pela primeira instituição a defendê-los.

Carregamos em nossos corpos o arraigamento dessas incoerências. Não é incomum, ainda atualmente, o preconceito e a falta de privilégios para as mulheres. Mas como poderemos sonhar com um futuro diferente? Como podemos mudar a perspectiva das novas mulheres que estão sendo "criadas e nutridas" nas instituições que ainda vivem e disseminam o preconceito de gênero?

Avançaram-se os séculos e os estudos relacionados a gênero e diversidade não progrediram o quanto necessitam. É necessário aprender a aprender para que, só após isso, a abordagem desses assuntos seja efetiva na transmissão. Vários estudiosos deixaram suas contribuições para que possamos nos aprofundar e criar nossa própria compreensão desses assuntos.

Sendo assim, o tema gênero, ainda no século XXI, é tabu em muitas esferas, não sendo diferente no âmbito educacional. Infelizmente, a ignorância e a disseminação de ideias corrompidas sobre o assunto resultam na falta de discussão e tramitação do tema no local em que deveria ser mais debatido: a escola. Assim, é necessário "entender que é necessário transformar o inimigo interno antes que possamos confrontar o inimigo externo" (hooks, 2013, p. 21).

A reparação histórica feminista só pode ser celebrada quando uma mulher se sensibiliza pelo sofrimento da outra. É preciso reconhecer que a naturalização dos efeitos patriarcais também está enraizada nas mulheres. Fomos culturalmente anestesiadas com as convenções aprendidas socialmente, e é necessário que não continuemos a reproduzir tais preconceitos.

Nada foi tão motivador para as transformações quanto a pandemia de 2020. No entanto, se não utilizarmos os tempos atípicos para transformar também nosso

interior, pouco valerá todo o sofrimento que cada um de nós atravessou durante essa crise social. É necessário entender que:

Feminismo é o contrário da palavra machismo e ainda é uma palavra desconhecida no cenário nacional. Contrariar o machismo com feminismo dificulta, da mesma forma, a convivência. Para compreender que feminismo tem ligação com igualdade de direitos entre os homens e as mulheres precisamos ultrapassar as barreiras da igualdade de gênero impostas ainda hoje. A igualdade de gênero pressupõe os mesmos direitos políticos, sociais e econômicos. (NORO, 2022, p. 46).

Até a pandemia, não havia falado tanto sobre trabalho e economia do cuidado. Quando a pandemia da COVID-19 se instalou no país, aos poucos, os olhares se voltaram para entender quem eram os indivíduos na linha de frente dos hospitais, escolas, creches, caixas de supermercados. Em todos esses lugares, as mulheres eram a maioria e, além disso, eram elas que facilitavam a atuação uma da outra em suas funções na sociedade.

O trabalho em home office não foi uma realidade para a população em geral; ele foi destinado àqueles que, de certa forma, desfrutam de posições privilegiadas. Mas o país não poderia parar; pessoas precisavam ser cuidadas e alimentadas. Então, mais uma vez, em sua maioria, eram as mulheres que assumiam essas funções, frequentemente desqualificadas e desprivilegiadas.

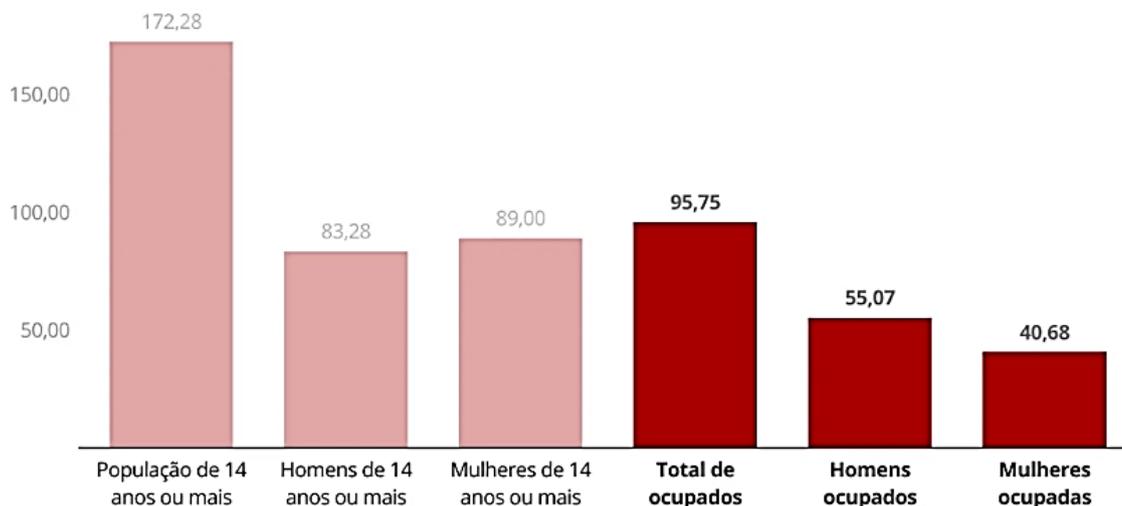
Como contraponto a essa representatividade, foram também as mulheres quem mais sofreram com a perda de empregos formais (CLT). Os índices do IBGE (2020) mostram que 72% dos postos de trabalho encerrados em 2020 eram ocupados por mulheres.

Na Figura 3 a seguir, podemos confirmar que os índices para as mulheres continuam desfavoráveis.

**Figura 3:** Mulheres são a maioria dos desempregados; 45,7% das que têm idade de trabalhar estão ocupadas.

### **Maioria das mulheres estão fora do mercado de trabalho**

Em milhões



Fonte: IBGE, (2022)

Poderíamos ter uma realidade diferente? Como princípio desta dissertação, a reforma da educação e a disseminação de conhecimento são a arma e a fonte maior das libertações necessárias de todos os paradigmas que nos assombram, principalmente enquanto mulheres em uma sociedade majoritariamente patriarcal.

Enfatizando o processo de emancipação educacional e social, a ativista corajosa e arrojada bell hooks conta sua história e suas dificuldades em ter um lugar de fala nos espaços em que passou, tanto como estudante quanto como professora. Acrescenta ainda que, apesar das experiências intensamente negativas, se formou acreditando que a educação é uma ferramenta capacitante para a libertação. Com sua perseverança, conseguiu inserir-se nos Estudos da Mulher, um campo até então dominado por mulheres brancas, precisando se blindar do preconceito e da descrença dos que estavam ao seu redor.

Fã e estudiosa dos trabalhos de Paulo Freire, iniciou sua jornada como docente de graduação levando seus pensamentos para a sala de aula. É peculiar como culturas e países tão diferentes podem culminar em pensamentos em comum. Nesse caso, o feminismo, sob esse novo olhar, ganha leveza e grandeza; afinal, para bell

hooks, ser feminista sempre foi muito além de lutar pelos direitos das mulheres. Ser feminista é ser democrático, é lutar pela igualdade de raça, sexo e diversidade.

De acordo com Paulo Freire (1996), a pedagogia engajada é uma pedagogia “problematizadora” que propõe não apenas uma visão crítica da realidade, mas um engajamento que se articula para a transformação dela. Para que possamos refletir e alcançar mudanças, não adianta teorias, conceitos e novas diretrizes se não houver a prática, a efetivação, o direito consumado.

Assim, “a educação libertadora é a que liga a vontade de saber à vontade de vir a ser” (hooks, 2013, p. 32). Para que haja mudanças, precisamos inicialmente nos modificar internamente, é necessário a autoidentificação do ser, para que posteriormente, haja reflexão da mudança. A autoatualização dos professores é fundamental para que novas práticas pedagógicas comecem a surgir e conquistar o espaço merecido.

Nada que é raso é bebido como fonte inesgotável; precisamos cavar poços fundos e cheios, de maneira que saciem muitas sedes e que os saciados recomendem aos sedentos, bell hooks nos provoca sobre a urgência de olhar criticamente para as estruturas e refletir sobre a quebra de paradigmas, usando o exemplo do papel da universidade. Afirmando-se que:

Se examinarmos criticamente o papel tradicional da universidade na busca da verdade e na partilha de conhecimento e informação, ficará claro, infelizmente, que as parcialidades que sustentam e mantêm a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo distorceram a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática de liberdade. O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias – que buscam desenvolver a vida a uma academia moribunda e corrupta (hooks, 2013, p. 45).

Ter como objetivo central a pedagogia transformadora é fundamental para as discussões sobre diversidades. Não se trata de simplesmente trocar uma caixa por outra, como se substituíssemos um bloco de ditadura por um bloco de liberdade. Trata-se de modificar ideias que ficaram congeladas e discutir o que realmente é respeitoso para com todos em uma verdadeira equidade.

A educação é uma escala plural, numerosa e contagiante. Portanto, o ponto inicial deve ser aquele de onde não se pode burlar as normas, onde é necessário

cumprir os requisitos e onde se tem subsídios suficientes para a transformação não apenas dos papéis, mas também da prática deles.

### 3.1 O estereótipo construído

A herança cultural de uma sociedade patriarcal, endossada pelo eurocentrismo, a falta de políticas sociais e educacionais que promovam a equidade de gênero e o papel desempenhado por instituições estatais e sociais, como a família, a mídia e a escola, na confirmação dos moldes dos estereótipos de gênero, contribuíram para a perpetuação de práticas e discursos rasos, porém, tão chancelados, que reforçam desigualdades e preconceitos baseados no sexo biológico.

A educação sexista pode se manifestar de diversas formas, como a segregação de meninos e meninas na infância, nas atividades escolares e esportivas, a transmissão de informações e valores reforçados pela família, igreja e comunidade sobre a subordinação de um gênero em relação ao outro, e a ausência de elucidações sobre diversidade e respeito às diferenças de gênero.

As condições socioculturais demonstram como a mulher foi definida com seu corpo absolutamente materno, apto às atividades domésticas, à prole e como propriedade do Estado, proporcionando riqueza e reprodução à grande engrenagem capitalista, sistema que, através de seus trabalhos pré-determinados e fundamentais, sustenta o sistema. Enquanto isso, os homens funcionavam como produtores e acumuladores de riqueza, enriquecendo e fortalecendo o poderoso senhor capitalismo.

[...] isso é também o que ocorre na atualidade, quando uma nova expansão do mercado de trabalho busca colocar-nos em retrocesso no que tange à luta anticolonial e às lutas de outros sujeitos rebeldes — estudantes, feministas, trabalhadores industriais — que nos anos 1960 e 1970 debilitaram a divisão sexual e internacional do trabalho (FEDERICI, 2017, p.36).

A caça às bruxas foi dissipada no século XVII; no entanto, perpetuou-se o mesmo tipo de perseguição às minorias. O capitalismo não acumula somente capital; acumula também desigualdades. Mulheres, camponeses, comunidades negras,

indígenas e tantas outras minorias tornaram-se reféns do patriarcalismo, mesmo com a evolução e a globalização.

Dessa forma, é viável que “O feminismo não é somente melhorar a situação das mulheres; é criar um mundo sem desigualdades, sem a exploração do trabalho humano que, no caso das mulheres, se transforma numa dupla exploração” (FEDERICI, 2019)<sup>24</sup>. E com isso, elucida discussões de tais pautas.

Tal pensamento abre portas para o debate e argumentação na definição do “lugar de fala” e quem poderia discursar com maior destreza e responsabilidade ao ensinar sobre gênero no âmbito educacional. Segundo Djamila (2017), o termo consiste em dar voz aos que foram historicamente apagados e socialmente excluídos, assim como as máscaras de flandres utilizadas pelos escravos como punição e para silenciá-los.

Ao analisar obras como o livro Lugar de Fala<sup>25</sup>, de Djamila Ribeiro e o Retrato de Anastásia<sup>26</sup>, escrava castigada com a máscara de flandres, entendemos que as classes silenciadas necessitam recuperar sua visibilidade. O termo “lugar de fala” não consiste em excluir pensamentos, como boa parte da população entende, mas em trazer à luz pessoas com vivências pessoais relacionadas ao tema.

Pensando no fato de que as minorias sempre foram discriminadas, associamos as professoras ao gênero feminino, por ser uma profissão majoritariamente feminina. Essa é uma das questões a serem tratadas como ponto de partida para novas reflexões e formações. Pois, se elas são maioria no processo de aprendizagem, pode-se partir delas uma nova perspectiva de saberes para as crianças que passarem por essa trajetória de construção de aprendizagens.

Portanto, a emancipação que a atualidade exige carece de profissionais com olhares reflexivos e embrenhados, autores de uma nova era. Essas professoras precisam estar em conexão com a realidade, lapidar e buscar novos tipos de investigação, interação e ministração dos saberes, com um novo capítulo que a educação está escrevendo a favor da pluralidade de ideias. A escola é o lugar onde se aprende não somente conteúdos científicos, mas também vivências, valores e a

---

<sup>24</sup> FEDERICI, Silvia, “O feminismo não é uma escada para a mulher melhorar sua posição.” El País: Cultura, Madri / São Paulo, 25 de setembro de 2019.

<sup>25</sup> RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

<sup>26</sup> ARAGO, Jacques, “O retrato de Anastásia”, São Paulo: Museu Afro Brasil, 1839.

formação integral do ser. Se não se constrói dessa forma, não se pode chamar de escola.

Faz-se necessário, também, o intercâmbio entre formação inicial e formação continuada de maneira que a formação dos futuros professores se nutra das demandas da prática e que os professores em exercício frequentem a universidade para discussão e análise de problemas concretos da prática (LIBÂNEO, 2012, p.4).

A vida escolar e acadêmica não deve estar desassociada da realidade; a formação dos estudantes deve estar pautada na relação com a atuação social, cidadã e em toda a amplitude do contexto vivenciado por eles. Agindo como mediadora e facilitadora do conhecimento, a docente deve apresentar as demandas e permitir que o estudante construa sua própria opinião e obtenha sua própria percepção, que se formulará dentro do seu contexto social, refletindo os conceitos apresentados de acordo com a sua realidade.

A mediação sempre será de grande relevância, pois deve ser democrática e abrangente o suficiente para que realidades desconhecidas possam ser acessadas, fazendo toda a diferença nas hipóteses que poderão ser pensadas, muitas vezes pela primeira vez.

Por isso, a pedagogia engajada à qual bell hooks (1994) nos convida em seu livro é, em suma, a pedagogia da práxis, que, por sua vez, é libertadora. Ela nasce do concreto, da realidade objetiva das pessoas e de suas dificuldades cotidianas. É importante porque, a todo tempo, é um convite à transformação, à cura, à reinvenção da realidade e ao despertar para o mundo do outro.

A própria autora revela em sua escrita que passou por locais onde encontrou no conhecimento crítico um espaço de cura para suas questões individuais.

Essa experiência “vívda” de pensamento crítico, de reflexão e análise se tornou um lugar onde eu trabalhava para explicar a mágoa e fazê-la ir embora. Fundamentalmente essa experiência me ensinou que a teoria pode ser um lugar de cura (hooks, 2013, p. 85).

Em outro momento, bell hooks (2013) afirma que esse pensamento arrebatador e engajado que ela propaga tem sido capaz de tirar as pessoas de locais adoecedores e de conformidade para outro em que criam, a partir das proposições reflexivas, uma nova perspectiva de pensamento, de cura e de liberdade:

Segurava as minhas mãos e repetia: “Tinha uma dor tão grande dentro de mim”. Agradeceu porque nosso encontro, nossa teorização (...) havia aliviado a sua dor. Testemunhou que sentiu a dor ir embora. Sentiu uma cura acontecendo dentro dela (hooks, 2013, p. 102).

Acreditamos, então, que a educação, para ser engajada e emancipadora, deve caminhar na perspectiva de fazer sentido para as pessoas, de dialogar com o cotidiano delas, de expor suas feridas e de curá-las, de desnudar seus sentidos comuns, de atravessá-los e potencializá-los para a vida e para a luta.

No entanto, para isso, é necessário romper com velhas concepções de educação que ainda estão tão presentes nas escolas. É necessário nos posicionar frontalmente contra um modelo de educação que limita a visão de mundo, as possibilidades de vir a ser e de existir, que diminui a consciência crítica, que naturaliza os fenômenos sociais e que reduz as formas de aprender e padroniza a sociedade conforme a classe dominante deseja.

Não obstante, é fundamental confrontar, em nossas práticas como educadores, qualquer forma de cerceamento do corpo e da mente do outro, pois consideramos que o conhecimento é liberdade e não prisão. É ponte e não muro. Nesse sentido, Foucault (1987) é muito oportuno ao apontar em seu livro *Vigiar e Punir* as formas de controle que se dão nos espaços escolares sobre os indivíduos ali envolvidos.

O controle também ocorre através do currículo, que seleciona o que deve ser ensinado e aprendido, uma ferramenta que estabelece quais saberes são legitimados e quais são marginalizados. A escolha do que se ensina, como se ensina e como se avalia o aprendizado reflete as normas culturais e ideológicas que influenciam na forma como a sociedade se comporta, inclusive, em atitudes estéticas pré-definidas com os padrões do eurocentrismo patriarcal.

### 3.2 Políticas educacionais de gênero, estagnações e urgências

Durante décadas, os educadores trabalharam arduamente para formular e implementar planos educacionais para o povo brasileiro. Desde 1932, os marcos brasileiros demonstraram apreensão com a aprendizagem. No entanto, devemos perceber que também estamos sujeitos às necessidades daqueles que não têm inserção prática na educação.

A fala de ações e indicadores para enfrentar o problema nos distanciará da implementação e das reformas necessárias que a educação exige, especialmente no campo da educação básica e da formação de professores que atuam nesta área.

Damasceno (2015) nos alerta que a construção do novo sistema nacional de educação após a promulgação de 1988 demandará mais empenho da sociedade civil no que tange à compreensão da necessidade e importância da mobilização popular e do exercício do controle social, a fim de buscar melhorias nos serviços educacionais.

Na verdade, a garantia da educação como direito de crianças e adolescentes tem uma ligação estreita com o financiamento público das atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino que, por sua vez, é submetido à matriz ideológica e à concepção política dos governos que se sucedem. (DAMASCENO, 2015).

Estimando as carências da contemporaneidade, que apontam para a necessidade das discussões sobre a temática de gênero no cenário escolar, a análise sistemática das políticas educacionais é urgente. Isso se deve à legalidade que permite que essas discussões aconteçam neste cenário por meio de pesquisas e gestão de cientistas da área.

Se considerarmos o Art. 3 da Constituição Federal, que cita como objetivos fundamentais garantir uma sociedade livre, justa, solidária e erradicar as desigualdades sociais, regionais, preconceitos de origem, raciais, de gênero ou quaisquer outras formas de discriminação, veremos que as políticas educacionais ainda não cumprem nem ocupam o espaço devido na vida prática da população.

O quadro a seguir, na Figura 4, elaborado por Noro (2022), delinea os marcos brasileiros da educação sobre o tema preconceito, gênero e sexualidade.

**Figura 4:** Esboço temporal dos documentos norteadores da Educação.



Fonte: (Noro,2022), Arte: Cleimar Sanson.

O que ocorre com a sexualidade quando professoras e professores que atuam no currículo escolar começam a discutir suas acepções? Será discernido no modo como a professora e o professor transmitem esse conhecimento? Ou essa transmissão deveria ser feita da mesma forma que qualquer outro componente curricular?

Entre as políticas educacionais e estratégias na abordagem de gênero e sexualidade, têm-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são uma proposta de inovação da orientação curricular criada pela Secretaria da Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para atender à necessidade de renovação da educação básica voltada para a cidadania (BRASIL, 1997).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam os temas transversais, que advêm das reformas educacionais europeias, especialmente na Espanha. Por meio

deles, distintos países buscam conciliar o sistema educacional às novas realidades socioculturais da contemporaneidade.

Os temas transversais não se compõem como disciplinas, mas se articulam entre todas as disciplinas historicamente tratadas na escola, como, por exemplo, Português e Ciências. Estes temas são: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual, sendo lançados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1998 (LEÃO, 2012).

A escolha desses temas, segundo o MEC, deve-se à urgência social de abordá-los, à sua amplitude nacional e à possibilidade de facilitar a compreensão da realidade social de forma a fazer com que todos se sintam cidadãos envolvidos e representados de forma adequada.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes. (BRASIL, 1997, p. 287).

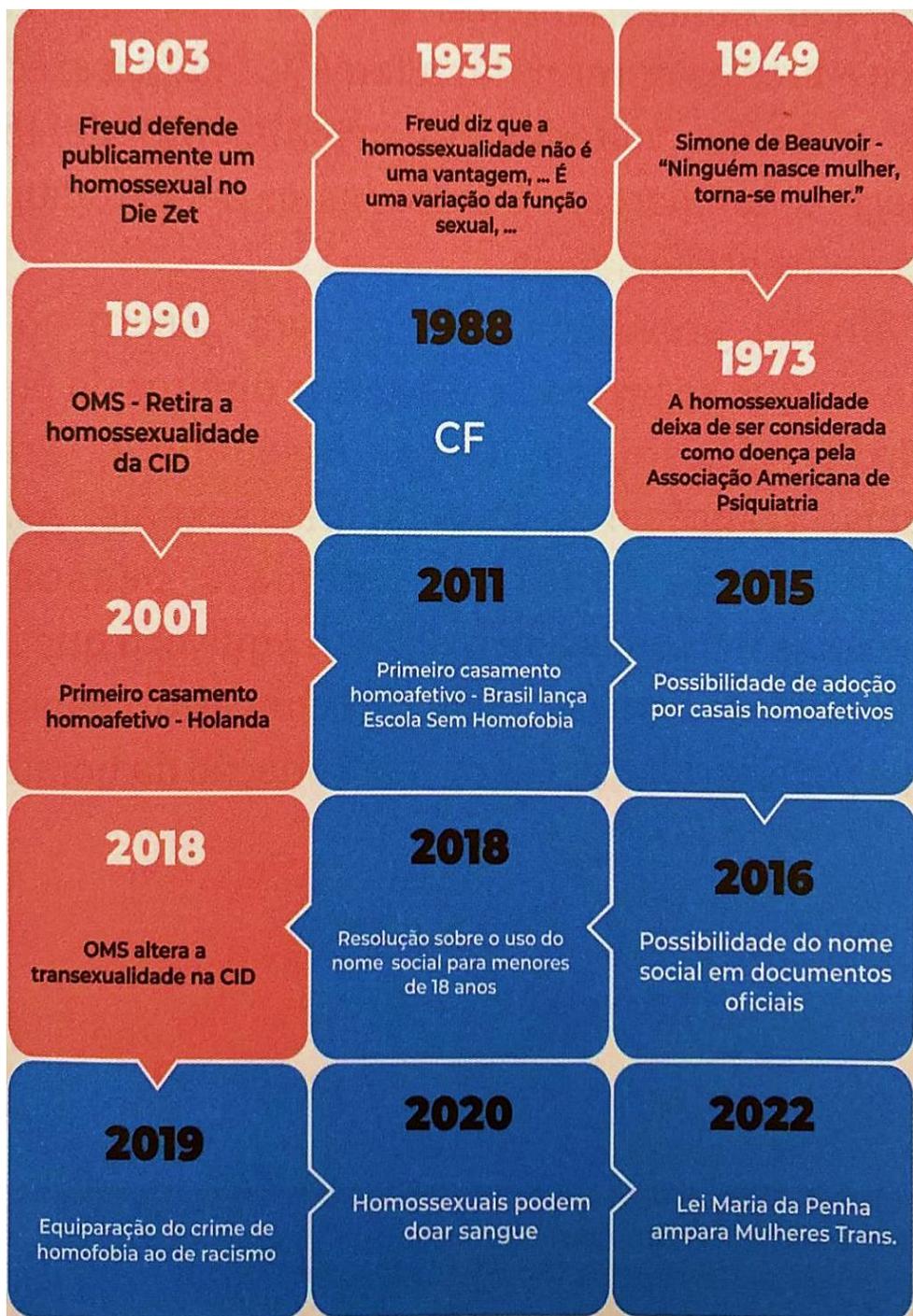
Verifica-se uma lacuna no currículo escolar no que se refere à temática de gênero e diversidade sexual, a qual não foi preenchida com a inovação pretendida pelos PCN. As escolas brasileiras ainda apresentam espaços que são hostis às diferenças, sobretudo àquelas que não se enquadram nos padrões heteronormativos.

Não se pode fechar os olhos para o fato de que uma das preocupações com a permanência dos estudantes nas escolas é garantir que o ambiente favoreça o pertencimento e o autorreconhecimento desses indivíduos, sendo, portanto, de suma importância a inserção dos conceitos de diversidade sexual e de gênero. Essa não é uma inquietação apenas do nosso país, mas de vários países ocidentais, que apesar de ser compreendido e abordado na sociedade e ter passado por grandes transformações ao longo do tempo, especialmente nas últimas décadas, muito ainda há o que se avançar.

Não podemos prosseguir apenas com a visão de que os papéis e expectativas atribuídos a homens e mulheres são apenas consequências biológicas, mas sim, compreendendo que aos corpos foram atribuídos e construídos a imagem de produtos culturais e históricos.

Como podemos ver no quadro da figura 5, houve também acontecimentos ocorridos fora do Brasil.

**Figura 5:** Esboço temporal dos documentos norteadores internacionais da diversidade de gênero.



Fonte: (Noro,2022), Arte: Cleimar Sanson.

Assim, faz-se necessária a presença do Estado por meio de políticas educacionais que visem à implantação de programas e ações respaldados por lei, a fim de assegurar a inserção dessa temática no currículo escolar, principalmente no que se refere ao processo de formação de professores, que precisam estar instruídos minimamente para lidar com a diversidade que adentra às salas de aula.

Os PCN evidenciam que os temas transversais devem ser incorporados às áreas convencionais; no entanto, destacam que, devido à complexidade desses temas, nenhuma das áreas é suficiente para elucidá-los, visto que eles perpassam distintos campos do conhecimento. Consoante com os PCN, o exercício sobre as relações de gênero tem como intuito “[...] combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL, 1997, p. 144).

Ademais, os PCN complementam que é necessário “[...] ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a serem pessoas mais abertas e equilibradas” (BRASIL, 1998, p. 323).

Em 2014, o PNE estabeleceu vinte metas a serem alcançadas nos próximos dez anos, incumbindo todos os estados e municípios nacionais de elaborarem planejamentos específicos para firmar a obtenção dos objetivos previstos, considerando as demandas e necessidades locais. No entanto, o PNE (2014-2020) apresentou-se como um cenário fomentador das manifestações conservadoras da supremacia bancada fundamentalista cristã, ceifando toda e qualquer temática que abarcasse gênero e sexualidade no documento referido.

O Movimento Escola Sem Partido foi criado por Miguel Nagib, Procurador do Estado de São Paulo, em 2004, e permaneceu desconhecido até 2014, quando Nagib teve uma reunião com a família de Jair Bolsonaro. O vereador Carlos Bolsonaro apresentou um projeto de lei redigido por Nagib na Câmara de Vereadores, e o então deputado estadual Flávio Bolsonaro fez o mesmo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O Movimento Escola Sem Partido foi transformado em associação no ano de 2015 por Nagib, que passou a coordenar e divulgar o movimento. Cristão católico, ele declara que se indignou com um professor de história que comparou Che Guevara a São Francisco de Assis, fazendo questão de ressaltar:

“O que a gente defende é que alguns dos ensinamentos de Paulo Freire se chocam com a Constituição. Nossa crítica é de natureza jurídica, porque o uso da sala de aula para efeito de transformação da sociedade, como ele defendia, dependendo da maneira com que isso é aplicado, viola a liberdade dos alunos e a neutralidade política e ideológica do Estado.” (Brasil, 2019, MIGUEL NAGIB).

Em decorrência a esta situação posta, observamos o retrocesso sofrido nos mínimos avanços alcançados nos PCN de 1988, onde foram retirados termos como homofobia, identidade de gênero, lesbofobia<sup>27</sup>, movimento feminista, machismo, sexismo, segregação, transfobia, orientação sexual entre outros. O documento de 1988 mostrava-se mais amplo às questões de diversidades e de gênero do que se implementou nas orientações atuais do PNE.

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o ‘ficar’ e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (BRASIL, 1998, p. 293, grifo do autor).

Enumerando ainda os retrocessos, é importante mencionar que, por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019), a SECAD foi extinta por Véléz Rodríguez, ex-Ministro da Educação do Governo Jair Bolsonaro, constituindo um retrocesso no campo dos direitos educacionais e demonstrando as medidas de viés neoliberal tomadas pelo novo governo, além da dimensão contrária ao reconhecimento da diversidade e à necessidade de sua inclusão no processo educativo.

A influência e pressão originárias de movimentos sociais políticos conservadores e fundamentalistas sugeriram, por meio de uma nota aos municípios, pais e educadores do estado de São Paulo, que a elaboração dos PNEs seguisse o documento votado em congresso em 2014, enfatizando que o termo "ideologia de gênero" já havia sido retirado.

---

<sup>27</sup> Lesbofobia é a intersecção entre a homofobia e o sexismo contra mulheres lésbicas. Inclui várias formas de negatividade em relação às mulheres lésbicas como indivíduos ou grupo social, ou os relacionamentos lésbicos. (DINIZ, 2009)

A ideologia de gênero subverte o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher, ensinando que a união homossexual é igualmente núcleo fundante da instituição familiar. As consequências da introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas contradizem frontalmente a configuração antropológica de família, fundamento insubstituível para a construção da sociedade. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2015).

Para Guacira Lopes Louro<sup>28</sup>, existe a necessidade de a escola acompanhar as tendências de sexualização das crianças na mídia, não havendo nada de anormal no que se convencionou chamar de "ideologia de gênero". Este termo está presente no discurso do Movimento Escola Sem Partido, sendo internalizado por famílias e estudantes, e tem como objetivo propagar um ensino moralizante, contrário aos princípios de formação libertadora, crítica e que atenda às pluralidades.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicou, em julho de 2023, que os retrocessos persistem no que se refere às políticas para as mulheres no Brasil. A agenda neoconservadora asfixiou as políticas de gênero.

Um espaço já conquistado a partir de 2003, alinhado aos instrumentos internacionais de direitos, como a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim na ONU Mulheres, evento que consolidou bases importantes na pauta da educação, apropriação política, economia autônoma e enfrentamento à violência doméstica.

Foi evidenciado o processo de desmonte das políticas para as mulheres nos últimos anos, iniciado antes, porém, aprofundado em 2019, ano em que foi eleito um presidente misógino, homofóbico, racista, entre outros preconceitos que o mesmo fez questão de declarar publicamente.

Enquanto isso, seguimos na iminência de moldar novas estruturas pedagógicas, a fim de não só "fazer a coisa funcionar", mas também esperando que os estudantes se reconheçam em seus mestres, acionando gatilhos emocionais de forma positiva para que esse ser independente, inacabado e plural consiga engajar-se e sentir-se verdadeiramente parte do processo de ensino-aprendizagem.

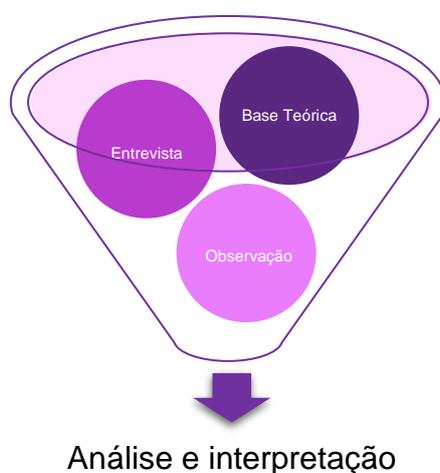
---

<sup>28</sup> Guacira Lopes Louro é doutora em Educação pela UNICAMP, licenciada em História e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) da UFRGS, onde continua atuando como pesquisadora. Tem várias publicações na área de gênero, sexualidade e educação em revistas e livros nacionais e estrangeiros (Grupo Autêntica, encontrado em: [www.grupoautentica.com.br](http://www.grupoautentica.com.br), acesso em: 2024).

#### 4. Intepretações da pesquisa: caminhos a percorrer.

Esta seção tem como objetivo apresentar a compreensão obtida a partir das entrevistas e observações dos relatos coletados por meio do questionário semiestruturado, conforme descrito nos instrumentos da pesquisa. A figura abaixo ilustra o caminho percorrido na investigação, mostrando como, a partir da triangulação de dados, foram alcançados os resultados desejados, que serão transformados em um texto explicativo qualitativo.

**Figura 6:** Triangulação de dados das pesquisas



Fonte: Bardin, 2011. Organização: autora, (2024).

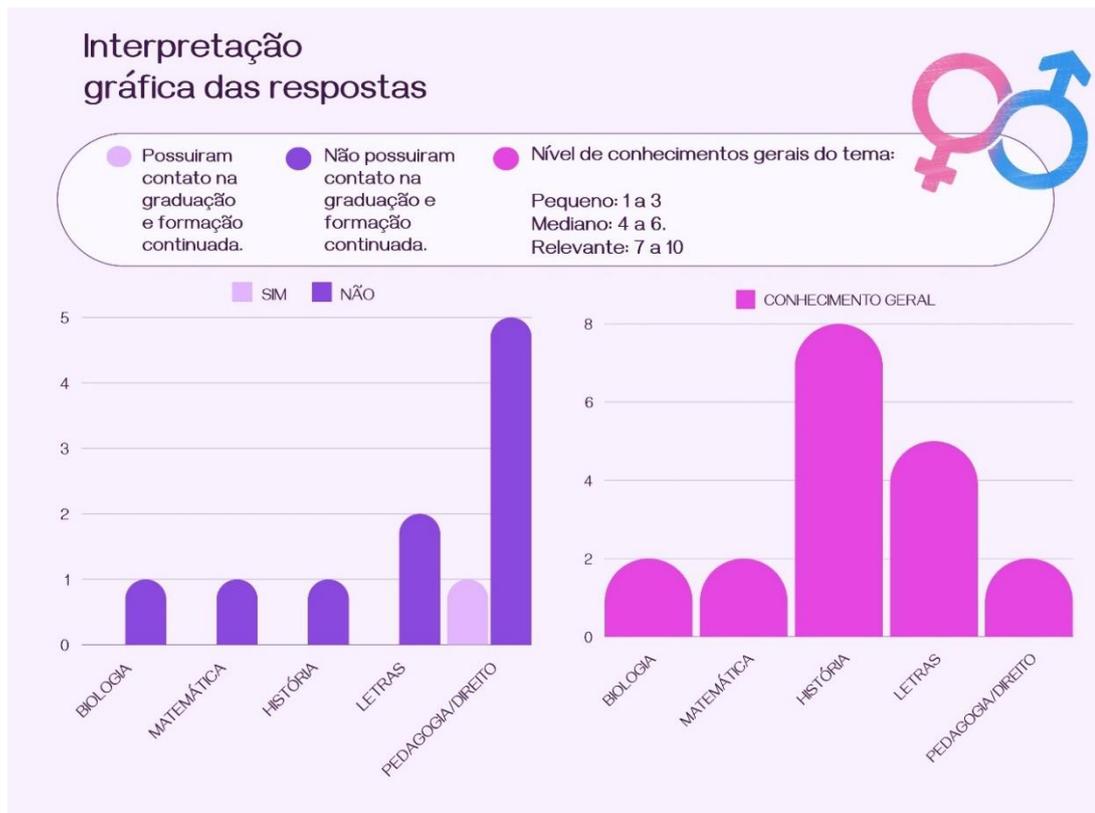
Através da análise de Scott (1995), argumenta-se que o gênero é uma construção social e cultural, constantemente produzido e reproduzido por meio de ações e comportamentos, uma teoria construída e categorizada de maneira similar à raça e classe social, e utilizada para estudar as relações de poder. Diante dessa abordagem, Scott (1995) reconhece que as identidades de gênero são fluidas e variáveis, e que não existem padrões universais ou prescritivos para o que deve ser considerado masculino ou feminino. Em vez disso, o gênero deve ser desnaturalizado e compreendido como uma construção social.

Na esfera cultural e histórica, formam-se identidades — seja de gênero, sexualidade, raça, classe ou outras — todas essas configuram os sujeitos na medida em que são atravessados por diferentes conjunturas sociais (LOURO, 2018). Partindo desse pressuposto, entendemos que o meio social é um dos fatores determinantes na

formação dos pensamentos e convenções sociais dos indivíduos. Portanto, a análise das entrevistas considera essa premissa sobre a exposição ao meio de convivência.

No gráfico abaixo, observaremos os depoimentos das entrevistadas quando questionadas sobre se receberam algum tipo de formação ou instrução e qual é o seu nível de conhecimento geral relacionado ao tema gênero:

**Figura 7:** Gráfico 1. interpretativo das respostas.



Fonte: Organização e desenho da autora, 2024.

Observa-se que, mesmo em diferentes licenciaturas, o tema não é abordado na graduação e na formação continuada. Ou seja, a institucionalização das políticas públicas ainda não tem um alcance efetivo. Esse contexto está intimamente ligado aos conhecimentos gerais das professoras.

Por se tratar de uma investigação no ensino fundamental, a maior parte das entrevistadas são pedagogas, graduação esta, que sofre ainda no século XXI severos preconceitos no que diz respeito a produção de conhecimentos. A pedagogia é estreitamente ligada aos cuidados, claro que, este é parte relevante do trabalho de uma pedagoga, no entanto, não é o único, as pedagogas fazem muito além de

alimentar e zelar das crianças, através do lúdico, das brincadeiras e atividades de desenvolvimento motor e psicomotor, cria-se a produção de conhecimento não apenas cognitivo, mas, físico, social e cultural, conforme os campos de experiências da (BNCC, 2018): “1. O eu, o outro e o nós, 2. Corpo, gestos e movimentos, 3. Traços, sons, cores e formas, 4. Escuta, fala, pensamento e imaginação, 5. Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações.

A visão do cuidado é dissociada pela sociedade da produção do conhecimento, justamente por se assemelhar aos cuidados maternos e do lar, portanto, não se atribui uma vez mais, duplamente a devida valorização necessária tanto para as mães, tanto quanto para as pedagogas.

Ainda nesse contexto, o contato e o conhecimento geral sobre o tema gênero, mostram-se ainda mais defasados quando comparados com as professoras formadas em outras licenciaturas. Isso nos leva a retomar a afirmação de que a relação entre o estudo do conteúdo durante a formação e o despertar do interesse individual para buscar aprofundamento e ampliar os conhecimentos gerais das professoras tem grande influência:

Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípua da prática educativo progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologicado (FREIRE, 1996, p.18).

Apenas uma das pedagogas entrevistadas obteve, em sua formação, aulas de uma disciplina que abordou de forma genérica o tema gênero, é importante ressaltar que esse fato não ocorreu durante a graduação em pedagogia, que foi a primeira licenciatura da professora. O contato com o tema deu-se em sua segunda graduação, em Direito. Portanto, no gráfico, a formação não foi diferenciada da primeira, por não ser o foco da pesquisa e não corresponder à área de atuação da professora.

Através deste fato, ainda podemos fazer uma reflexão em uma das falhas do sistema educacional: na teoria, um/ uma advogado/a, precisa se apropriar dos saberes sobre os direitos e constituições sobre gênero, mas as professoras que formam uma sociedade desde os três anos de idade não precisam? Não

coincidentalmente, o curso direito é uma graduação majoritariamente escolhida pelo sexo masculino.

Entre as entrevistadas de outras licenciaturas (Biologia, História e Matemática), apenas uma, licenciada e mestre em História, se denominou como uma profissional com conhecimento relevante sobre o conteúdo, o que não foi uma surpresa visto que, a licenciatura de história é a ciência responsável por estudar os acontecimentos passados.

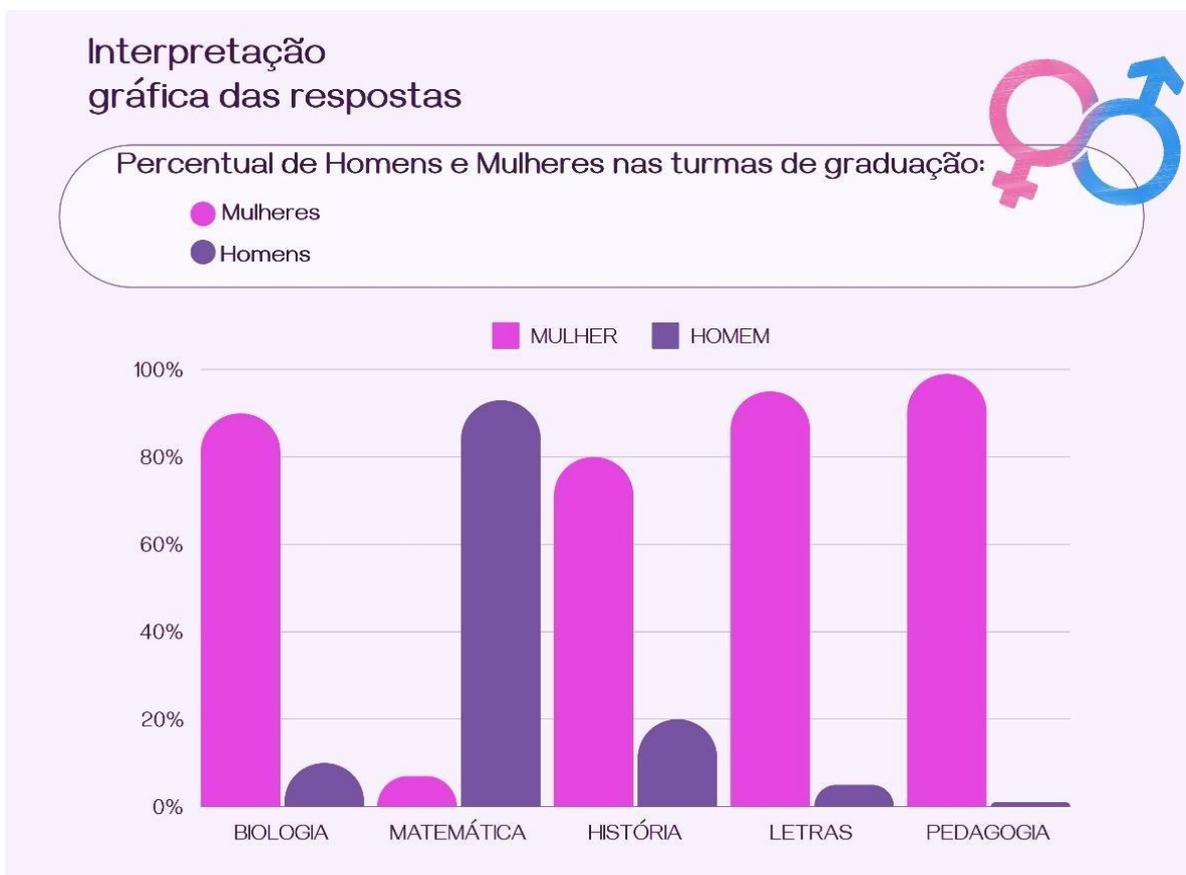
Esse estudo, portanto, não é feito de qualquer maneira, o historiador, em seu ofício, tem como dever colocar em prática uma análise crítica do seu objeto de estudo a fim de racionalizar a conclusão sobre os acontecimentos investigados, ainda assim, o tema gênero não é visto de maneira específica, mas geral, de acordo com a história da evolução social e cultural, que pode se dar inclusive de forma recortada.

Desse modo, ficou claro que esse conhecimento não foi abordado durante sua graduação; ele surgiu apenas de forma indireta e restrita, no mestrado, quando em grupos de trabalhos, colegas com interesses semelhantes escolheram o tema gênero para investigar contextos históricos, fazendo com que o tema circulasse entre os demais. O que não nos certifica de que terá seu alcance desejado para a difusão do tema, uma vez que, vivemos em uma geração rasa e superficial, onde os conhecimentos aprofundados são apenas os obrigatórios e legalmente incluídos nos currículos.

Estranhamente, a graduação em biologia, que por natureza é imaginado que seria de relevância o conhecimento sobre gênero, a introdução ao tema se delimita apenas ao que se refere a características sexuais que são determinadas biologicamente, como cromossomos, hormônios e anatomia reprodutiva dos órgãos dos seres masculinos e femininos, não há a diferenciação do gênero biológico do gênero social, que envolve a identidade e os papéis de gênero que uma pessoa assume na sociedade, que podem ou não representar seu gênero biológico.

Outra observação significativa foram as declarações relativas à composição quantitativa dos sexos feminino e masculino nas turmas de graduação e no meio de atuação profissional atual destas profissionais docentes.

Vejamos abaixo os dados elucidado em forma de gráfico:

**Figura 8:** Gráfico 2. interpretativo das respostas.

Fonte: Organização e desenho da autora, 2024.

Os resultados demonstram claramente que, na maioria dos cursos de licenciatura, o sexo predominante é o feminino, por ser um âmbito tenuamente ligado ao cuidado e reprodutivo, considerado menos científico, pensamento este, cultural adquirido após de séculos de reprodução do modelo patriarcal de ensino que se dá ainda nos tempos de hoje, na educação básica, principalmente no ensino fundamental, onde as crianças tem entre quatro a treze anos.

A exceção se dá apenas o curso de Matemática, curso que continua sendo predominantemente ocupado por homens. Isso não é surpreendente, considerando que se trata de uma licenciatura da área de exatas, historicamente associada a uma preferência cultural pelo sexo masculino. Contextos históricos revelam que as mulheres também sofreram discriminação intelectual nesse campo, por serem consideradas cognitivamente incapazes de certos saberes.

A uma mulher bastava ser bela ou amável; quando dotada destes dois atributos, deparava com cem oportunidades a seus pés. Se não aproveitasse delas, era tida por excêntrica ou adepta de uma filosofia incomum que a encorajava a desprezar as riquezas: assim, ela passava ser considerada apenas como uma mulher difícil (GOUGES, Olympe, 1748-1793, p.51).

Prosseguindo com a análise, outra observação feita nos relatos revela uma contradição no que diz respeito à formação continuada. Embora os dados mostrem que a maioria das mulheres cursa licenciaturas na graduação, as entrevistadas que já possuem o título de mestre relatam que suas turmas foram majoritariamente masculinas. Essa contraposição também advém de um contexto histórico-cultural, onde as mulheres são tradicionalmente direcionadas aos cuidados do lar, dos filhos e da família.

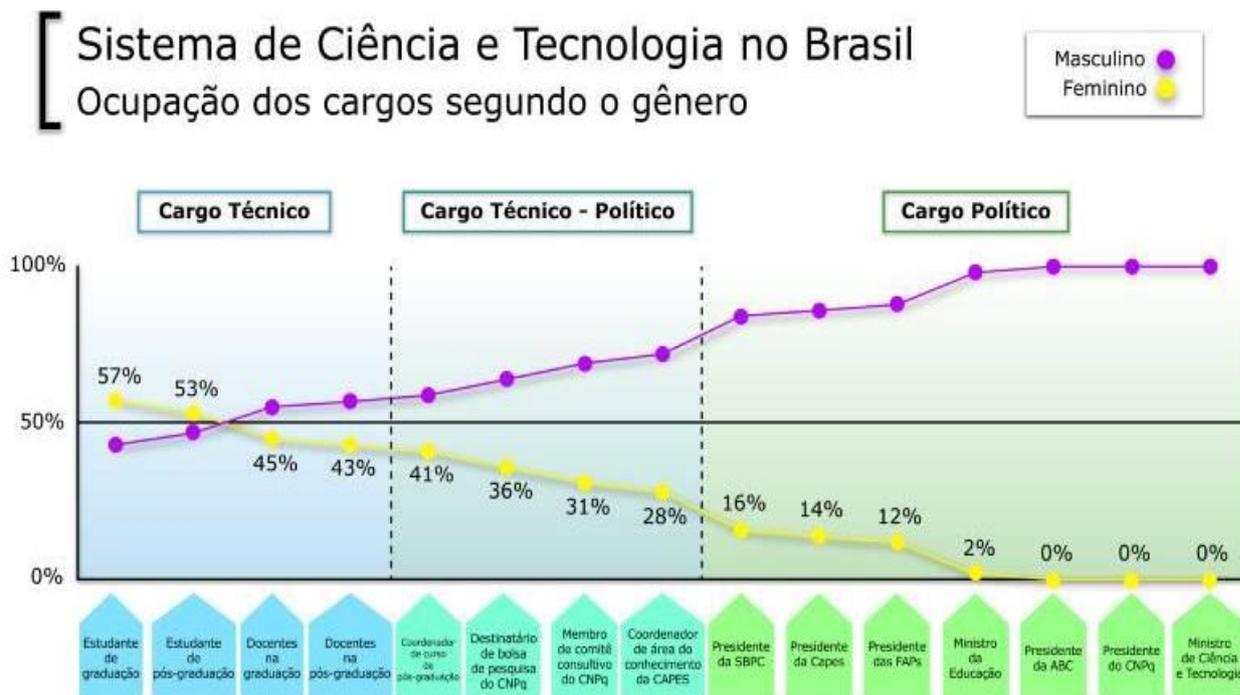
Em 2019, o nível de ocupação das mulheres de 25 a 49 anos vivendo com crianças de até 3 anos de idade foi de 54,6% e o dos homens foi de 89,2%. Em lares sem crianças nesse grupo etário, o nível de ocupação foi de 67,2% para as mulheres e 83,4% para os homens. As mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% em 2019. Em relação a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo que os homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais. A proporção em trabalho parcial (até 30 horas semanais) também é maior: 29,6% entre as mulheres e 15,6% entre os homens (IBGE, Estatísticas sociais, 2021).

As convenções sociais determinam que a mulher tem uma idade certa para se casar e ter filhos. Como resultado, muitas mulheres interrompem seus estudos na graduação ou antes dela e não dão prosseguimento por terem que se dividir entre o trabalho e as tarefas domésticas. Esse índice tem sido transformado nos últimos anos; no entanto, ainda há muito a ser alcançado para que a presença das mulheres em certos espaços esteja nivelada à dos homens, principalmente no que diz respeito ao alcance de cargos e salários equiparados.

O combate a estereótipos de gênero torna-se especialmente importante num momento em que as mulheres já são maioria nos programas de pós-graduação do Brasil: segundo a Capes, 54,2% dos matriculados no *stricto sensu* são do gênero feminino. Elas correspondem a 58% dos beneficiários de bolsas, também. Esse equilíbrio, no entanto, fica apenas no campo da formação. Quando o foco de análise de igualdade de gênero se desloca para a carreira docente e a ocupação de cargos de liderança acadêmica, as mudanças caminham a passos muito lentos (RIBEIRO, Fernanda, Jornal UNESP, 2023).

Um aprofundamento deste estudo revela os dados sobre o lento progresso e teoriza o fator que impede a ascensão dessas mulheres, denominado "Efeito Tesoura". Segundo a matemática Adriana Neuman<sup>29</sup>, os efeitos afetam entraves ocultos impostos pela desigualdade de gênero principalmente quando se visualiza os campos executivos ou políticos:

**Figura 9:** Ocupação dos cargos segundo o gênero



Fonte: Areas, R., et al. Gender and the Scissors Graph of Brazilian Science: From Equality to Invisibility. Disponível em: <https://osf.io/m6eb4>, OSF Preprints, 29 June (2020).

**Tabela 1.** Ampliação da legenda dos cargos citados no gráfico:

Estudante de graduação	Presidente da SBPC
Estudante de pós-graduação	Presidente da Capes
Docentes na graduação	Presidente da FAPs
Docentes na pós-graduação	Ministro da Educação
Coordenador do curso de pós-graduação	Presidente da ABC
Destinatário de bolsa de pesquisa do CNPq	Presidente do CNPq
Membro do comitê consultivo do CNPq	Ministro da Ciência e Tecnologia
Coordenador de área do conhecimento da CAPES	

<sup>29</sup> Docente da Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) e vencedora do Prêmio L'Oréal-UNESCO para mulheres em ciência de 2016 (RIBEIRO, Fernanda, Jornal UNESP, 2023, disponível em: [www.jornal.unes.br](http://www.jornal.unes.br), acesso em 2024).

Através do gráfico, conseguimos visualizar claramente os reflexos do "efeito tesoura" ao analisar os dados sobre as ocupações das mulheres, especialmente na política, dispostos em percentuais dos setores preenchidos por elas. Portanto, apesar dos avanços ocorridos, a busca pela igualdade e equiparação de gênero continua sendo uma luta permanente, que depende do esforço de toda a sociedade.

#### 4.1 Campo de atuação das professoras, comparação nas duas esferas

Tendo em vista que gênero se refere às características, papéis, comportamentos e identidades atribuídos socialmente aos indivíduos com base em sua identidade sexual, é importante ressaltar que:

Gênero não se limita apenas ao binário masculino e feminino, mas abrange uma ampla variedade de identidades de gênero. Percepções de gênero são as ideias, crenças e atitudes que as pessoas têm em relação ao que é considerado apropriado ou esperado para indivíduos de diferentes gêneros (NORO, 2022, p. 30).

A igualdade de gênero é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado em proposições pedagógicas que promovem acolhimento e valorização nas práticas educacionais. De acordo com a LDB e a BNCC, avançamos na observação das entrevistas, e o próximo ponto a ser analisado é o campo de atuação das professoras, com foco nas práticas das docentes, planejamento e produção em sala de aula.

As perguntas desta seção basearam-se nas competências da BNCC, especialmente em quatro delas que reforçam os princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, juntamente com as diretrizes educacionais que estão ligadas à constituição do ser humano em sua integralidade, e ao direito e liberdade de tornar-se um cidadão que através das vivências culturais e identitárias, tenha sua consciência crítica e cidadã desenvolvida a partir de suas próprias escolhas.

Abaixo, na figura 10, detalha-se as quatro competências relacionadas ao tema gênero e diversidade:

Figura 10: Quadro das 10 Competências da BNCC:

## Competências da BNCC que contemplam o tema gênero:



**Competência 6. Trabalho e projeto de vida:**  
 Valorizar a **diversidade** de saberes e **vivências culturais** e apropriar-se de **conhecimentos e experiências** que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da **cidadania** e ao seu projeto de vida, com **liberdade**, autonomia, **consciência crítica** e responsabilidade.

**Competência 8. Autoconhecimento e autocuidado:**  
 Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na **diversidade humana** e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

**Competência 9. Empatia e cooperação:**  
 Exercitar a **empatia**, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos **direitos humanos**, com **acolhimento e valorização** da **diversidade** de indivíduos e de **grupos sociais**, seus saberes, **identidades, culturas** e potencialidades, **sem preconceitos** de qualquer natureza.

**Competência 10. Responsabilidade e Cidadania:**  
 Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Ministério da Educação, Base Nacional Comum Curricular, 2018, organização da autora.

Ao serem questionadas sobre a aplicação das diretrizes educacionais, as professoras demonstraram inquietações quanto à real aplicabilidade dessas diretrizes. Isso ocorre porque, até o momento, elas não foram receptoras desse conteúdo e, devido ao seu conhecimento superficial sobre o tema, é compreensivelmente improvável que consigam introduzir as competências de forma intencional e pedagógica na abordagem do tema gênero, na verdade, a introdução inversa ocorre de forma involuntária e sem esforço.

As professoras da Escola Municipal Capim Dourado consideram ainda que, as competências citadas no quadro acima estão sempre em evidência em suas formações promovidas pela Secretaria de Educação e que seus planejamentos pedagógicos também englobam as diretrizes. No entanto, elas não conseguem apontar como essas competências são realmente praticadas nas atividades e práticas

docentes. O que atesta que as poucas políticas públicas relacionadas às diversidades, estão e permanecem apenas no papel.

Já no Colégio Saber Além, escola privada, as docentes demonstraram, além da inquietação, hesitação sobre como poderiam inserir as competências relacionadas ao tema gênero na prática. Temas sociais como esse não são comumente abordados nas escolas particulares; o conceito é considerado polêmico e pode causar sérios transtornos com as famílias fundamentalistas que o veem como “tema doutrinador”. Esse relato se associa a outro sobre o sistema apostilado, onde os planejamentos e atividades já estão pré-definidos de acordo com a editora adotada pela instituição, ficando então, as professoras a mercê da determinação institucional.

Observamos, então, que em ambos os contextos, a falta de aprofundamento nos estudos de gênero torna o tema distante de uma exploração significativa. Além disso, as políticas públicas, embora sancionadas, enfrentam barreiras ideológicas e preconceitos sociais que impedem sua disseminação e introdução no contexto formativo. Assim, os muros que dividem a ignorância e a apropriação do saber mantêm-se de pé, impedindo novos paradigmas transgressores e evolucionistas.

Infelizmente, a temática gênero, que é tão abrangente e oferece caminhos humanizadores, ainda é tratada como tabu e desvalorizado em locais que deveriam ser os berços das transformações sociais, como a escola. Nosso espanto aumenta ao refletirmos sobre todas as autoras citadas e as datas de suas contribuições, evidenciando anos incontáveis de subjugação. No entanto, não é dever apenas da escola trazer à luz essa discussão.

Não pretendo atribuir nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm “efeitos de verdade”, constituem parte significativa das histórias pessoais, mesmo que sejam em virtude da proteção (LOURO, 2022, p. 25).

Moldar e remoldar culturas é um desafio para qualquer população, e é ainda mais árduo em sociedades intimamente ligadas ao tradicionalismo, que têm como base a religião e outros preceitos fundamentalistas, como é o caso da cidade de Araguaína. Ainda assim, desistir não é uma opção. Que possamos seguir em passos lentos, mas seguir. Cada pequeno avanço será acumulado em grandes conquistas para as futuras gerações.

## Considerações finais

Ao finalizar essa dissertação, descubro em mim novas faces de mulher, percebendo que, através da imersão teórica, observação e vivência da exploração da pesquisa, as reflexões se sintonizaram e agregaram valor à minha concepção primária, afinal, sou uma mulher que integra uma família tradicional, todavia, na visão patriarcalista fundamentalista, um tanto “alheia” por ter escolhido dar foco ao trabalho e à pesquisa durante dois anos. Portanto, minha própria experiência, abarca também a práxis desta pesquisa.

É importante que existam testemunhos de que se é possível administrar múltiplas tarefas ao mesmo tempo, ainda que, algumas tenham que ser delegadas e redistribuídas dentro da família que não as tinham como hábito cultural, principalmente quando se é mulher. A vida já é uma disputa por si só, então, como mulheres, que compõe as minorias marginalizadas, é um dever iluminar o caminho uma das outras, conceito que pode ser simplificado no termo sororidade<sup>30</sup>.

Como objetivo dessa pesquisa, dei início a ela sutilmente ainda antes de iniciar efetivamente às entrevistas, levantando questionamentos e fazendo provocações no meu próprio meio de convívio educacional, coletando elementos com leveza e de forma dialética entre as docentes.

A dissertação iniciou-se com a exposição da urgência de conhecermos a história e origem feminista, e com isto, a temática gênero, que ainda nos dias atuais é demonizada e arbitrariamente deturpada por grande parte da sociedade, isto porque a ignorância sobre o assunto é maior que a informação. Todas as vezes que a família tradicional se sente ameaçada por algo novo, a primeira atitude será sempre o ataque.

Dessa forma, entendemos que a história do feminismo nos mostra que a luta pela igualdade de gênero é contínua e necessária. É preciso avançar desafiando as estruturas patriarcais e segregacionistas trabalhando para construir uma sociedade mais justa e igualitária afim de que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, profissão e classe social sejam respeitadas e tenham garantia dos seus direitos plenos.

---

<sup>30</sup>É um pacto social, ético e emocional construído entre mulheres. É a percepção de que juntas as mulheres são ainda mais fortes, sendo preciso se tratarem como irmãs (UFRRJ, Coordenação de atenção à saúde e segurança do trabalho, 2021).

Como proposto na investigação, busquei fazer o reconhecimento subjetivo das entrevistadas, preservando suas particulares de formações, vivências e esferas de atuação, nesse contexto, a triangulação dos dados nos leva a entender que a ontologia construída pelas convenções sociais está intrínseca à cultura das professoras na falta de identificação própria e reprodução de suas vivências, outrora, enquanto não forem provocadas e modificadas, serão parte de um ciclo vicioso de repetição.

Lamento em testemunhar que não foi inesperada a referência de que mesmo com tantas novas metodologias, tecnologias e aplicabilidades diferentes das habilidades, ainda se façam filas de meninos e meninas, colocando essas crianças em contínua competição que é uma concepção do sistema patriarcal e alusivo ao modelo de produção industrial, onde se separa os gêneros pela sua força física.

Enquanto não admitirmos que os assuntos que mais sofrem pré-conceitos na escola e na sociedade são temas que não são postos em diálogos e tão pouco, aprofundados, não será possível vislumbrar a ruptura destas barreiras. São questões que precisam de foco e de práticas institucionalizadas para que garantam sua efetividade.

Compreende-se então que, esta pesquisa delimitou-se apenas com a colaboração de dez docentes, cinco de cada esfera educacional, pública e privada, números estes mínimos diante à urgência das tratativas e avanços no tema gênero, feminismo e diversidades, no entanto, mesmo com uma quantidade reduzida, inclusive que se deu pelo receio da participação na pesquisa, conseguimos constatar que a ausência de circulação do referido conceito nas salas de aula é produto emplacado da desinformação e da falta de efetivação dos direitos já garantidos.

Assim, as graduações e formações continuadas devem urgentemente passar por renovações curriculares e estruturais, para que os indivíduos tenham a oportunidade de aprofundamento e apropriação do tema gênero e diversidades, transformando a si mesmos e os estudantes da educação básica, onde iniciará a quebra do ciclo reprodutivo.

Por conseguinte, é perceptível que para chegarmos a uma realidade educacional minimamente humanizada e justa, muitos muros necessitam ser desconstruídos. É indispensável que sigamos firmes na convicção de que mesmo pequenos passos dados nas licenciaturas e em pesquisas como estas, que podem

ainda que de forma estreitada, ajudar a construir a formação básica e docente que esperamos.

Diante da análise da pesquisa com as professoras, conclui-se que os objetivos específicos e gerais foram alcançados na perspectiva de que a cobrança pela transgressão esperada sobre os conhecimentos de gênero não devem ser feitas apenas às docentes e escolas, independente da esfera a qual fazem parte, mas sim, é inquestionável a participação e responsabilidade do Estado no que diz respeito à promoção de enriquecimento formativo e aplicabilidade do mesmo.

Cabe a todos nós, como sociedade, cobrar o Estado pela efetivação de políticas públicas mais eficazes e assertivas para que o tema alcance todas as redes escolares, sobretudo as graduações em licenciaturas, que, sendo o berço e primeira parte da formação integral dos indivíduos que ali estão frequentando, sejam contemplados e mais preparados para a prática pedagógica efetiva.

Como futuras perspectivas, a proposta da pesquisa é abrir caminhos para que ela se alargue a um campo exploratório maior às perspectivas desta temática no que se refere a quantidade da coleta de dados, bem como número de localidades envolvidas, levando assim, a discussão para um âmbito de amplitude que abranja mais profissionais docentes e comunidade geral e educacional.

Aspirando que os docentes são indivíduos responsáveis pelo conhecimento empírico e pela aplicação dos mesmos nas salas de aulas e comunidade, credita-se nestes educadores a sensatez do despertar das consciências, além de se tornarem representantes de uma desconjuntura nos aspectos sociais educacionais, que possam dismantelar os muros construídos pelo sistema de dominação patriarcal, desenvolvendo a autonomia que seus ancestrais foram coibidos de exercer.

Validando assim, o legado de todas as autoras citadas nesta pesquisa, que viveram e vivem suas vidas incansavelmente em busca desse propósito.

## Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi: **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum, São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi: **Para Educar Crianças Feministas: um manifesto**. Tradução de: Denise Bottmann, São Paulo, Companhia das Letras, 2017.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana, **A guerra não tem rosto de mulher**. Tradução do Russo: Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, São Paulo: Edições 70. 2011.
- BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: avaliação política pública educação**. Rio de Janeiro, v. 16, n.58, p.59-76, jan./mar. 2008.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Plano nacional de educação**. Brasília: MEC, 2001.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996. **Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1904.htm). Acesso em: 13 nov. 2019.
- BECKILUSTRA. Armandinho, de Alexandre Beck, (2020).
- CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2006.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Regional Sul 1 da CNBB. **Nota do Regional Sul 1/CNBB sobre ideologia de gênero na educação**. São Paulo, 2015. Disponível em:

regional-sul1cnbb-sobre-ideologia-de-genero-na-educacao/. Acesso em: 29 nov. 2019.

DAMASCENO, Camila Nalin. **Qualidade do ensino na educação infantil: um estudo a partir dos documentos do Ministério da Educação**. 2015.

DINIZ, Débora. **Esperança Feminista**. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2022.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Galileu (revista) - **Legado de Paulo Freire é defendido por uns e odiado por outros**. Por: Marcelle Souza, 2 de Maio de 2017, edição: Giuliana de Toledo. Acessado em 23/11/2018.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição, Editora Atlas S.A, 2008.

GOUGES, Olympe. **Declaração dos direitos da mulher e cidadã e outros textos**. Tradução: Cristian Brayner, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. (Coleção vozes femininas).

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla, São Paulo, Editora: Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 2018. E-book.

hooks, bell. **E eu não Sou Uma Mulher?** mulheres negras e feminismo: Tradução: Bhuví Libanio, Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

LERNER Gerda, **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução Luiza Sellera, São Paulo: Cultrix, 2019.

LIBÂNIO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. Editora São Paulo: Cortez, 2012.

LOURO, Guacira Lopes, **O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade / (org.)** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MASETTO, M. T. **Desafios para a docência no Ensino Superior na contemporaneidade.** In: CAVALCANTE, M. M. D.; SALES, J. A. M. de; FARIAS, I. M. S. de F.; LIMA, M. do S. L. (org.). **Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola e formação de professores e a sociedade.** Fortaleza: Ed. UECE, 2015. v. 4, p. 779-795.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental.

**Parâmetros**

**curriculares nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, 1997.

NORO, DEISI. **Diversidade sexual e de gênero:** conhecimento, relevância e caminhos. Caxias do Sul-RS, 2022.

**Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo:** analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 259f. Relatório de Pós-Doutorado apresentado à Fapesp, Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala: Feminismos plurais.** 1ª Ed, Editora Jandaíra, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade.** V. 20, nº2, 1995. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

STARLING, Heloísa M. (org.); Pellegrino, Antônia (org.). **Independência do Brasil:** as mulheres que estavam lá: Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.